



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 3

Sessão Ordinária

30 de Abril de 2018

APROVADA POR MAIORIA
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29/06/2018.

M.
Pedro
Cy.



-----**Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho,** reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2018;-----
- 1.2 Informação de Correspondência;-----
- 1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** - Aquisição de energia elétrica para as instalações dos Municípios da CIMDouro e Afins;-----
- **PONTO 3** - Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências; -----
- **PONTO 4** - Associação Centro de Estudos e Promoção do Azeite Douro; -----
- **PONTO 5** - 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita; 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
- **PONTO 6** - Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2017; -----
- **PONTO 7** - Empréstimo até ao montante de 742.194,09€; -----
- **PONTO 8** - Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro; -----
- **PONTO 9** - Assembleia Municipal de Alijó - Moção - "Preocupação pela instalação de uma mina de urânio a céu aberto em retortillo em Espanha, a 35 km da fronteira com Portugal";-----
- **PONTO 10** - Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro - Acordo de adesão ao projeto "Observatório Cultura da Fronteira: Terra Duero"; -----
- **PONTO 11** - Balanço Social; -----

3 - Período de Intervenção do Público

16.
Pedro
dy

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais:-----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro;-----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----Ana Luísa Leonardo Gil (*Em substituição do Deputado João Leonardo*);-----

-----Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho;-----

-----Manuel José Dinis;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Ademar Manuel Feijó – Secretário da Junta de Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----José Nuno Alves – Secretário da Junta de Freguesia de Castedo;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Vítor Manuel Amaro Vieiro - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Eduardo Teixeira de Carvalho;-----

-----João Miguel Pinto Pavão;-----

-----Maria de Lurdes B. Moutinho Nunes dos Reis;-----

-----Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Verificou-se a presença de vinte e sete membros que compõem esta Assembleia Municipal.-----

Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Lucinda João Afonso Carpinteiro – 2.ª Secretária.-----

-----**Faltas:** Faltou à reunião a seguinte deputada:-----

- **Maria Amélia Madaleno Cabeleira** – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos que justificou a falta;-----

----- **A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses e o Chefe da Unidade Orgânica Administrativa Geral, Manuel Fernando Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente de Mesa verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2018. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS)**, **António Eduardo Carvalho (PS)**, **José Aires (PS)** e **José Meneses (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** João Pavão, relativamente à ata, faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Membros da Mesa, Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas das outras Bancadas, Srs. Funcionários: -----

Relativamente à ata, é só um apontamento, para além daquilo que os meus colegas também vão expor. É relativamente à apresentação do sistema de votação. Relativamente ao sistema de votação, quando há votação de um determinado ponto, aparece o número de pessoas que votaram contra ou a favor, e não indica qual é que foi a posição final partidária. Ou seja, podemos ter ali a deliberação, a tal que não foi aprovada, da moção da transmissão em direto da Assembleia, em que aparece “dezoito (18) votos contra, nove (9) a favor, e uma (1) abstenção” do deputado Luís João Dias. Nós sabemos aqui quem votou contra e quem votou a favor, mas quem for ler, não se sabe qual foi a posição dos Partidos, a ata não esclarece. Por isso, propomos que apareça, como aparecia – e está ali exposto – nos mandatos anteriores, as votações finais, em que dá para ver qual é que é a posição por Partido.-----

Era só isso. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Só referir uma situação: não é obrigatório que os membros sigam as orientações dos Partidos. Este mapa resumo é assim, é aceitável, e não. Por exemplo, nada me obriga aqui a seguir as orientações do sentido de voto da coligação PSD/CDS. Repare, nós aqui, evidentemente, fomos eleitos em listas, mas fundamentalmente representamos a nós mesmos, temos essa liberdade de decisão. Não há aqui uma decisão do Partido, nada nos vincula. O Grupo Parlamentar do PS, como do PSD, como do CDS, pode ter uma posição, e nós, enquanto cidadãos eleitos, podemos ter outra. Mas, traz uma proposta, e depois será analisada. -----

Segue-se o Sr. Deputado Eduardo Carvalho, se faz favor. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados: -----

Apenas um reparo em termos da ata, nomeadamente na pág. 7, na intervenção do Sr. Deputado Luís João, está lá mencionado “boa noite”. E depois, em outras partes, são algumas interrogações que aí estão, e que, no fundo, depois não espelham o que foi dito. -----

Era apenas só um reparo. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não é “boa noite”, mas por acaso há Assembleias que fazem as Assembleias Municipais à noite. Por exemplo, Macedo de Cavaleiros começou às seis da tarde na última sexta-feira. Acontece. Peço desculpa, mas efetivamente... Sr. Deputado José Aires, se faz favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar, neste caso, os restantes deputados municipais, a Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, o Executivo que já se

encontra presente, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, os funcionários e o público que se encontra aqui presente, e agradecer a sua presença também nesta reunião pública da Assembleia Municipal do mês de abril de 2018. -----

Relativamente a esta questão que está agora a discussão, que é, neste caso, a execução da ata, relativamente à reunião anterior, a 2.ª Reunião Ordinária deste mandato, tendo estado presente, eu verifiquei que em muitas intervenções, incluindo algumas das intervenções que tive oportunidade de fazer também nessa mesma reunião, não transcrevem muitas vezes no essencial aquilo que foi transmitido, ou que tentei transmitir nessas mesmas intervenções. Eu acho que seria prudente, no sentido de podermos melhorar também esse documento, que ele pudesse ser votado posteriormente, e pudesse ser dada essa oportunidade de podermos pelo menos rever essas mesmas intervenções que foram efetuadas, visto que elas não refletem, de facto – pelo menos no meu caso pessoal – não refletem a totalidade das intervenções que eu tive nessa reunião. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente a essa situação, há uma empresa que trata da elaboração da ata, que faz a transcrição. Poderá haver alguma falha. Mas também os serviços de apoio enviam precisamente a todos os membros da Assembleia as intervenções que eles próprios produziram, de maneira a que, se houver algumas falhas ou algumas incorreções, possam ser corrigidas. Portanto, também peço a colaboração de todos os membros da Assembleia para que sejam dadas essas alterações, ou essas incorreções, de modo a serem corrigidas na própria ata. Não, aqui não é proposta; aqui, a única situação é que terá havido algumas falhas, mas como é enviado para todos os membros, o que eu peço é que quando receberem precisamente essa comunicação dos serviços de apoio da Assembleia, e onde houver falhas ou incorreções, que as façam chegar precisamente aos serviços, de modo a que a ata vá retratar fielmente aquilo que se passou. -----

Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente à intervenção que fez, eu estava aqui a conferenciar e, de facto, foi-me dito que foi enviado um e-mail precisamente com esse teor, ou seja, com as intervenções que foram produzidas, no sentido de podermos dar a nossa colaboração na correção dessas falhas que se detetam na transcrição das gravações para a ata. Eu, realmente, não recebi, não recebi nada na minha caixa de entrada, pode ter ido para o spam – às vezes são coisas que ocorrem nos e-mails. Mas eu queria, de facto, dar essa colaboração e ter acesso à própria gravação no sentido de verificar, exatamente, o sentido das minhas intervenções e poder ajudar a clarificar, e que elas venham expressas corretamente nesse documento, porque acho que é importante

que tenha lá a manifestação da posição de cada deputado. E em muitas situações – eu tive oportunidade de fazer uma declaração de voto, precisamente porque a minha posição seria contrária à maioria dos deputados aqui presentes, e acho que não reflete, de facto. É uma preocupação que eu transmito, e acho que não teria também nenhum inconveniente se fosse dada essa possibilidade, então, de podermos rever esse documento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mas, isso foi enviado; houve uma falha. Temos que apurar onde é que esteve essa falha, de modo a que não volte a acontecer, que não aconteça precisamente esse extravio da comunicação, para evitar precisamente que na próxima ata não esteja já tudo correto. -----

Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Sr. Presidente, Executivo, membros da Assembleia e público em geral, muito bom dia a todos.-----

Eu compreendo até a posição dos deputados da Bancada do PS. Relativamente ao deputado João Pavão, eu iria sugerir que trouxesse uma proposta na próxima Assembleia, e que fosse levada a votação. Será o mais correto. -----

Em relação às reticências de que falou o Sr. Deputado, Prof. Eduardo, prendem-se com o simples facto – e tenho essa indicação – de que não se percebe na gravação o que é que a pessoa em causa está a mencionar. E eu tenho quase a certeza que os serviços administrativos contactam as pessoas para se deslocarem ao Município, e verem as intervenções e corrigirem-nas. -----

Em relação ao deputado José Aires, as atas, no seu conteúdo, elas estão explícitas. Claro que pode haver um ponto ou outro que não expressa a opinião dada por cada um, mas vou voltar novamente a perguntar aos serviços: contactaram o deputado José Aires? Ou seja, o Sr. Deputado José Aires vem aqui à Câmara Municipal, lê a sua declaração, vê se está correta, ou não, e depois tem liberdade para corrigir, para estar de acordo com aquilo que eventualmente falou. As atas são um documento importante, claro que é, ninguém lhe pode retirar importância, mas o conteúdo está todo explícito: tem as intervenções, tudo o que é aprovado e que não é aprovado está na ata. Quanto a mim, acho que serve perfeitamente a Bancada da coligação. --
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, passar à votação da Ata da Sessão Ordinária do dia 26 de fevereiro. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 20 votos a favor, 1 voto contra (do deputado José Aires(PS)) e 5 abstenções (dos deputados João Pavão (PS), Maria de Lurdes Reis (PS), Ana Gil (Coligação PSD/CDS), Ademar Feijó (Coligação PSD/CDS) e José Alves (Coligação PSD/CDS)), **aprovar a ata do dia 26 de Fevereiro de 2018.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Evidentemente, já sabem que os membros que não estiveram presentes na sessão anterior tiveram que se abster, nos termos do Código Administrativo.-----
Diga, se faz favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Neste sentido, relativamente a este ponto, eu gostaria de expressar uma declaração de voto, relativamente ao meu voto contra a aprovação da ata da Assembleia, da reunião de fevereiro. Relativamente a esta questão, eu não ponho em causa o que os Srs. Deputados disseram, nomeadamente o Sr. Deputado que está na Bancada da maioria, Sr. José Meneses, em que afirma – e os serviços também o confirmaram – que teriam encaminhado para todos os deputados. Agora, eu já lhe disse, não posso ser mais honesto, mais transparente nas minhas palavras, eu não recebi, de facto, esse e-mail, senão teria todo o gosto em colaborar. Pedi apenas que me fosse dada essa oportunidade, no sentido de adiarmos a aprovação da ata, por exemplo, para uma próxima reunião; o Sr. Presidente discordou. -----

Relativamente também a este tipo de questão, eu estive presente no mandato anterior, existiram falhas graves na ata, foi na altura que se decidiu – até foi uma reunião em que acabei por não estar, estive na reunião a seguir, que decorreu na Lousa, foi descentralizada na Freguesia da Lousa, em que a ata demorou imenso tempo a ser aprovada, e mesmo assim levantou muitas questões, que na minha opinião, e de alguns deputados da altura, não reproduzia exatamente aquilo que se tinha passado nessa reunião. Eu acho que é um documento oficial e extremamente importante, uma vez que as atas são públicas e são disponibilizadas posteriormente no site do Município, na página da Assembleia Municipal, para quem não consegue estar presente poder aceder à posição de cada um. E mais uma vez reafirmo: não expressa, de facto, aquilo que foi a minha posição. -----

Eu acho que ninguém está imune ao erro; de facto, se os serviços me encaminharam o e-mail, eu verifico, por exemplo, que me encaminharam a convocatória para uma morada que, de facto, não é a morada da minha residência; é uma coisa que eu entreguei junto do tribunal, quando fui candidato a este órgão. Já provei mais do que uma vez diante dos serviços, e é a mesma morada que indiquei no mandato transato, e foi-me enviada uma carta registada para uma morada onde eu não resido, em que tive agora oportunidade, de facto, de levantar. Agora, são erros que ocorrem, podemos sempre melhorar, eu não responsabilizo diretamente os

serviços porque também aqui, admito, fui convocado por e-mail, e fui convocado atempadamente, assim como a documentação que recebi atempadamente. Agora, de facto, são questões que eu acho que são pertinentes. -----

E nesse sentido, voto contra porque acho que não expressa, de facto, a posição que eu pretendia transmitir. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Relativamente a essas falhas, evidentemente que vamos tentar corrigi-las, no caso concreto da morada e no caso concreto do e-mail. Os serviços de apoios dizem que enviaram o e-mail, temos que ver as situações e corrigir. Relativamente à morada, também é fácil de ver. De qualquer forma, peço desculpa por esse lapso. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Eu gostaria de colocar uma questão ao Sr. Deputado José Aires: quais foram as falhas graves? Porque eu acho que a falha que houve foi de gravação. --- Relativamente à morada, se, de facto, os serviços não estão a enviar para a sua residência, para a morada correta, é grave. Agora, eu também acho que os serviços devem enviar para a morada que está no cartão de cidadão, que ao que julgo é Moncorvo até porque suponho que exerça o direito de voto cá. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, o Sr. Deputado pôs-me uma questão, o Sr. Presidente não me passou a palavra, não sei se posso intervir, se agora pretende abrir aqui um diálogo, uma discussão relativamente a esta matéria. Mas, com a sua licença, dado que também, neste caso, não expôs qualquer posição, relativamente a esta questão, a morada do meu cartão de cidadão, de facto, não é esta que se encontra na carta. É precisamente isso, e se os serviços me disponibilizarem, então, um leitor de cartões, eu tenho aqui o meu cartão de cidadão, e poderemos comprovar no fim desta Assembleia. -----

Mas, de facto, isto é uma questão administrativa. O que eu estou a dizer é que aquilo que realmente eu pretendia era a possibilidade que outros deputados tiveram, porque receberam esse dito e-mail, de fazer as correções das suas intervenções. Eu sinto-me lesado nesse sentido. Acho que elas, de facto, não representam. Agora, se o Sr. Presidente da Mesa também pretender, eu posteriormente irei fazer chegar ao seu e-mail – embora já não me desse a oportunidade oficial de poder fazer a correção da ata, poderá, se calhar, trazer a uma próxima Assembleia (não sei), para podermos retificar esta votação. Agora, realmente, eu farei chegar essa correção para que conste da sua correspondência, pelo menos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Pronto, vamos apurar, efetivamente, o que é que se passou com o e-mail, e depois teremos desenvolvimentos sobre essa situação. -----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Toda a correspondência está disponível para consulta. Também foi enviado ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista o pedido de esclarecimento solicitado na reunião do dia 26 de fevereiro. Penso que já receberam, da parte do Sr. Presidente da Câmara, todos os documentos relativamente a esse pedido de esclarecimento. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, tomou conhecimento da correspondência. -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Pedro Pereira** (Coligação PSD/CDS), **António Eduardo Carvalho** (PS), **João Pavão** (PS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS) e **José Meneses** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relembro que têm a possibilidade de intervir uma única vez, num período de cinco minutos. Portanto, quem quiser inscrever-se, faça favor. Uma única vez, cinco minutos. -----

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pereira, se faz favor. -----

-----**O Deputado Pedro Pereira:** Bom dia a todos. -----

Eu gostaria de informar o Município e a Assembleia que durante esta noite, uma habitação ardeu em Cabeço de Mouro, ficando a família desalojada, duas das pessoas, menores. Gostaria que tomassem todas as diligências necessárias para minimizarmos os danos que foram causados. -----

Era só isso. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Carvalho. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Antes da minha intervenção, gostava de felicitar a Câmara Municipal por mais uma realização da Feira Medieval e, obviamente, o envolvimento ativo do Agrupamento de Escolas de Torre de Moncorvo. Permita-me também que faça um

reparo, num sentido construtivo, Sr. Presidente, uma vez que já é ponto assente a realização deste evento, queria, contudo, chamar à atenção para um pormenor, que por vezes escapa à organização, e que se prende necessariamente com a envolvência que os alunos têm, não só do nosso Agrupamento, mas também de outras escolas, ser possível – e penso que não sairá fora do Orçamento que a Câmara disponibiliza para a Feira Medieval – poder disponibilizar aos alunos e aos participantes mais jovens um lanche após a tarde. É facultado o almoço, mas verificamos que, principalmente este ano, havia muitas crianças, e ficaria – penso eu – um gesto bonito. É um reparo no sentido construtivo. -----

Uma outra questão prende-se com o facto de o Sr. Presidente, na última sessão desta Assembleia, ter referido que se iria encontrar com o Sr. Secretário das Florestas e do Desenvolvimento Rural, e a nossa pergunta é saber quais as conclusões desse encontro, uma vez que nos estamos quase a aproximar de mais uma fase calendarizada – já se calendarizam os inícios dos incêndios, infelizmente – sobre as conclusões dessa reunião, bem como também saber em que moldes é que está a Equipa de Sapadores referenciada na última sessão desta Assembleia. -----

Uma outra questão que gostava de aqui referir tem a ver com: felizmente, o mês de março e o mês de abril foram dois meses com alguma pluviosidade, que permitirá a este Município suprir – suponho eu – as dificuldades, ou as carências de abastecimento de água. Contudo – e aqui pode ser desconhecimento da minha parte – não sei se não seria possível renovar na sua totalidade a rede pública de abastecimento de água e candidatá-la a um fundo comunitário, uma vez que seria benéfico para o Município, porque há perdas de água, e inclusivamente para os municípios. Não sei se isto está proposto, se há essa intenção, mas seria, de facto, uma posição – penso eu – estruturante para o concelho, para Moncorvo, no sentido de renovar a totalidade da rede pública de abastecimento de água. Sabemos que é um problema que irá trazer, a muito curto prazo, ou a médio prazo, problemas dessa índole, e portanto, seria, digamos, uma medida proativa para suprir essas dificuldades. -----

Uma outra questão: não que sejamos parte interessada, mas por vezes, quando se fazem obras em habitações, as pessoas, os próprios empreiteiros deparam-se com uma dificuldade. Qual é essa dificuldade? É não saberem onde hão de colocar os inertes, os entulhos. Tanto quanto me informei, apenas existe em Vila Pouca de Aguiar um estaleiro para esse fim. Ora, pensamos nós que seria desejável o Município disponibilizar um espaço, cumprindo as normas de ambiente, nem que se fizesse um regulamento, para que os municípios que necessitassem de colocar esses entulhos, a autarquia, o Município disponibilizasse um espaço próprio, e periodicamente ser transferido para esse estaleiro em Vila Pouca de Aguiar. É um problema que nos incomoda a todos, quando passamos em determinadas vias públicas e rurais e vemos entulhos a céu aberto que ferem o ambiente. Seria uma medida, penso eu, também

interessante, e que, de facto, proporcionaria aos munícipes essa possibilidade de colocarem esses entulhos, pagando em função da quantidade de entulho lá depositada, e depois o Município periodicamente transportaria para esse estaleiro de Vila Pouca de Aguiar. -----

Uma outra questão, para terminar, era, de facto, e penso eu, ainda não terem sido retificadas as lombas que foram colocadas na estrada. Gostava de saber se isso já foi feito, ou não. Tanto quanto sei, e por experiência própria, penso que ainda não foi realizada a retificação das lombas, que teria sido sugerida na última reunião. -----

E era só. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Pavão. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Ora, mais uma vez, cumprimento todos os presentes. -----

Nesta parte dos assuntos relevantes para o Município, há só aqui uns apontamentos que também vou fazer, ainda sem ser com aquele assunto que está ali – e vai ser só uma intervenção, não é, Sr. Presidente? Não há segunda ronda? -----

-----**O Presidente de Mesa:** É só uma intervenção. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Solidarizar-nos com as palavras que deu o Presidente Pedro Pereira – ontem ardeu uma casa, e com certeza estamos também interessados e solidários para ajudar essa família. -----

Ainda relativamente à questão da Feira Medieval, queremos só expor o seguinte: para além do que disse o Prof. Eduardo, que a escola tem uma importância enorme na execução dessa Feira Medieval, queremos também apresentar um voto de louvor aos funcionários da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo, a equipa liderada pela Prof.^a Helena Pontes, pelas horas extraordinárias que deram a mais, pelas horas da madrugada em que trabalharam, até às três, quatro, cinco e seis da manhã, para preparar a Feira Medieval, e assim apresentamos um voto de louvor que faremos circular pelas Bancadas, para quem quiser subscrever. Não sei se depois o Sr. Presidente quer apresentar o voto de louvor, ou nós podemos passar pelas Bancadas para todos assinarem. -----

Ainda no que diz respeito à atividade da Assembleia Municipal, como soubemos, na última sessão propusemos a transmissão em direto da Assembleia Municipal, uma proposta com custos reduzidos, tendencialmente para zero. Nesse mesmo dia da Assembleia – quer dizer, no dia a seguir à nossa Assembleia – Bragança aprovou esta mesma transmissão em direto, e se forem ao Youtube já podem ver as intervenções da Assembleia Municipal em Bragança; Foz Coa, um concelho aqui vizinho, já tem a Assembleia Municipal transmitida em direto há uns

bons anos. O PSD propôs o mesmo na última Assembleia Municipal em Mirandela, nesta sexta-feira, e por curioso que pareça, a tomada de posse destes órgãos está disponível online. Ou seja, desde a tomada de posse de todos os que estão aqui presentes – sem ser os que estão em substituição – assim como dos Presidentes de Junta, e até está o discurso do Sr. Presidente na tomada de posse. Portanto, podem ver, que isto é um canal que está no Youtube, que é a Açoreira TV, e podem ver que está lá disponível. E vejam o custo que isto tem, que foi com uma simples câmara de filmar. -----

Ainda relativamente à atividade municipal, sublinhar a aprovação da Comissão Europeia da Indicação Geográfica Protegida da amêndoa coberta, que é um ex-Libris do nosso concelho, um produto que valoriza a economia local. E fazer umas perguntas ao Sr. Presidente: o que é que a Câmara tem previsto para apoiar, ou seja, para publicitar esta Indicação Geográfica Protegida, se tem alguma medida que irá promover esse símbolo – ou esse selo, como quiserem dizer – e quais são as empresas que irão beneficiar deste selo de qualidade. -----

Depois, falar de investimento para o concelho. Sei que circula – e tem sido o nosso debate, o investimento para o concelho, desde que tomámos posse neste mandato – sei que circula por Moncorvo que eventualmente poderá vir a abrir um hipermercado. Queríamos saber se a Câmara está a acompanhar esse processo, e de que forma está a acompanhar esse processo. E passaram mais dois meses, sensivelmente, desde a última Assembleia Municipal, e continuamos sem as hipóteses de investimento, continuamos sem trazer investimento para Moncorvo, ou pelo menos não sabemos de nenhuma novidade. E os exemplos continuam a vir dos concelhos vizinhos: Mogadouro assinou um protocolo com a Universidade do Porto, em que existe uma base de dados dos jovens e trabalhadores de Mogadouro, que a universidade e o tecido empresarial Mogadourense podem utilizar para promover o emprego em Mogadouro e saberem quais são as capacidades técnicas de cada cidadão Mogadourense. Vimos em Alfândega da Fé o projeto do regadio, que também vai ser operacionalizado. Carrazeda de Ansiães avançou com um projeto também por causa do regadio. Vimos Alfândega da Fé receber mais investimento a nível turístico – e reparem aqui, isenção de taxas para quem vai investir, não pagam Derrama. Mas, também o investimento pode vir não só de grandes investimentos públicos – ou investimentos privados, no caso; pode vir também de uma estratégia com o Governo. Vejam, por exemplo, Mirandela, que tem uma nova equipa de GIPS, com cerca de setenta e cinco ou setenta e seis militares, que vão estar em Mirandela. E isso vai ter impacto na economia: vão trazer as famílias, vão trazer os filhos, que vão ter que estudar, e andarão à volta das duzentas e vinte pessoas, mais ou menos, segundo estudos da autarquia. Isso é que traz investimentos para os nossos concelhos, isso é que traz e combate o nosso maior défice, que é o défice populacional. -----

Muito obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João Dias. -----

-----O Deputado Luís Dias: Bom dia a todos.-----

Eu gostava de sublinhar a requalificação das águas residuais em praticamente metade do concelho. Já não é novidade eu trazer esse assunto à Assembleia, mas acho que é dos serviços mais importantes que o Município poderá fazer à população. -----

Também gostava de sublinhar que este mês de abril foi o Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância. A nossa CPCJ recebeu a Coordenadora Nacional e a Coordenadora Regional para lançarem novos desafios no âmbito da CPCJ Nacional. Gostaria também de sublinhar que a nível local, a nossa CPCJ fez essa promoção, colocando laços em todas as rotundas, praças e jardins, o laço azul, que é o símbolo desses maus tratos. Convido todos os presentes a irem investigar um bocadinho mais do porquê do laço azul, e fiquem com uma ideia mais aprofundada do mesmo. -----

Gostaria também de falar sobre este assunto, que também já é a segunda vez que vem à Assembleia Municipal, da transmissão da Assembleia. Já na outra Assembleia tive oportunidade de referir que concordo com o podcast, não concordo com a via streaming. O podcast seria muito bem, seria uma opção muito boa, porque já existe um ficheiro informático, e era apenas uma fácil colocação dele online. Portanto, os técnicos podem ajudar, existe esse ficheiro, que poderá facilmente ser posto online. Por isso, acho que seria a melhor opção, porque a nível pessoal, eu tenho algumas reservas quanto à imagem – e acho que poderá transformar esta Assembleia numa “feira de vaidades”, numa promoção da imagem pessoal, o que nos desvaloriza a nós e às nossas palavras. Quanto às nossas palavras, o podcast responderá muito bem a isso. -----

Gostava de falar também do papel dos media na democracia. A transparência é feita quando há alguém independente, não pertencente à instituição, que fiscaliza de uma certa forma essa atividade. Temos, portanto, os media a fazer esse serviço a nível nacional. É uma pena que, a nível local, essa fiscalização não seja feita, porque temos neste momento uma rádio que praticamente não existe. Eu, por acaso, vi a Associação Cultural de Moncorvo, que é quem é a detentora da licença da rádio, muito ????. Já agora, deixo também uma palavra de agradecimento aos funcionários ??? essa associação está presente em Moncorvo, nestes jogos. A nível da rádio, o serviço é reduzido – põem uma música, põem umas anedotas, mas informação útil do concelho, não oferece nada. Eu, por acaso, ouço a RTM porque ando pelos campos, e a única rádio que se ouve é a RTM. Não consigo ouvir outra rádio, só a RTM é que consigo ouvir, e por isso, ouço a RTM. E nunca ouvi nada sobre as Assembleias Municipais, sobre as Reuniões do Executivo, sobre a atividade municipal, sobre os problemas do concelho. Esse é o papel dos media. Eu não sei o que é que poderemos fazer – nós, Assembleia – mas

presumo que há pessoas aqui que devem ter um acesso aos dirigentes dessa mesma associação, que de uma certa forma, os incentiva a ter uma divulgação de Moncorvo, a terem uma crítica ao Executivo, uma crítica ao Município – esse, sim, é o papel da rádio, isso, sim, é transparência, porque é alguém que diz, alguém que fiscaliza a atividade e que vai contar a história sobre ela. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a esta questão, e a este ponto dos assuntos de interesse relevante para o Município, eu gostaria de falar, e em primeiro lugar agradecer, de facto, ao Gabinete do Sr. Presidente da Câmara, que fez chegar ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista – e penso que aos demais Grupos Parlamentares – o documento escrito que o Sr. Presidente se comprometeu, de facto, a entregar, com a atividade desenvolvida no sentido da manutenção daquele que seria, porventura, para esta década e a próxima, o investimento mais relevante em termos financeiros para o Município, que estaria previsto para o nosso concelho, um investimento que já vem a ser debatido desde 2009, e que, segundo o que ficámos a saber na última Assembleia, com a aprovação da minuta relativamente ao acordo entre as duas autarquias e a terceira parte – que ainda não estaria concluída – a deslocalização desse mesmo parque eólico e desse investimento para o Concelho de Sines, a troco de uma contrapartida definida entre os dois Municípios. -----

Aqui relativamente a esta questão, gostaria só de recordar que o Partido Socialista se orgulha, de facto, dos vinte e oito anos que esteve, neste caso, no Executivo e à frente deste Município, e existiram investimentos relevantes, investimentos deste género, que muitas vezes demoram anos, ou até mesmo décadas, até conseguirem ser implementados no terreno, porque requerem um conjunto e uma panóplia de procedimentos legais, desde estudos de impacto ambiental, e outros, que levam, de facto, o seu tempo. E nós sabemos também que embora o Governo, com o Programa Simplex, tenha tentado agilizar este tipo de procedimentos, eles continuam a ser morosos, e uma das coisas que se fala é que a nível burocrático, o nosso país continua a ter algumas limitações. -----

Agora, relativamente a este investimento – que era o investimento da década, se assim podemos dizer – o que eu estava a referir era que no passado tivemos grandes investimentos no Concelho de Moncorvo – por exemplo, a Barragem do Baixo Sabor, firmou-se o IP2, foram décadas de luta, foram quinze, dezasseis anos, vinte anos, em que, de facto, o Executivo do Partido Socialista teve que desenvolver esforços, e com divergências de vontade, junto de

Governos de diferentes Partidos, junto de diferentes entidades – no caso do Baixo Sabor, junto da EDP e outras entidades, também junto da Secretaria de Estado da Energia, no sentido de ser um investimento relevante, e isso foi possível. Portanto, o Sr. Presidente da Câmara, também aqui na sua intervenção, na passada reunião, que consta uma parte dessa mesma ata que foi aqui aprovada, referiu que, de facto, seria por proposta do Governo que o parque seria deslocalizado para Sines. Eu verifiquei aqui no seu relatório e, de facto, essa proposta não consta, não se encontra aqui anexa, e portanto, eu gostaria que nos esclarecesse relativamente a essa matéria, de que forma é que surgiu essa proposta, se foi uma comunicação por escrito, se foi uma reunião que teve com a Secretaria de Estado do Ambiente ou com a Secretaria de Estado da Energia, ou com o próprio Ministro, é algo que não está aqui explícito. -----

Relativamente à descrição em si, de facto, verificou-se aqui, neste caso, diferentes tentativas de contato com diversas entidades, sendo que verifico também que o Sr. Secretário de Estado da Energia manifestou uma grande vontade em apoiar este projeto, com as suas alterações, tinha aqui uma porta aberta; e relativamente ao Secretário de Estado do Ambiente, também verifico que num contato que existiu com o promotor – não sei se esteve presente, isso também não ficou claro – existiria também aqui uma janela no sentido de desenvolver essa solução, de minimizar os impactos, para que o investimento ficasse aqui no Concelho de Torre de Moncorvo, e não fosse deslocalizado, neste caso, para o Concelho de Sines. Era isso que eu também gostaria de ver esclarecido: como é que, sendo que isto tudo decorreu durante o ano de 2016, em que se verifica essa boa vontade por parte de responsáveis do Governo para a defesa e promoção da instalação do parque no Concelho de Torre de Moncorvo, e logo a seguir, passado cerca de dois meses, a empresa, juntamente com os Municípios, como também clarificou na reunião anterior, entrou com uma ação no Tribunal Administrativo de Mirandela. E depois, a partir daí, parece que os contatos cessaram, porque as coisas passaram a ser resolvidas a nível jurídico, e não como deve ser feito, na convergência de vontades a nível político. Não me parece a gestão mais acertada deste tipo de processos. -----

No seguimento desta situação, e como estamos a falar de interesses relevantes para o Município, têm-se apontado muitas datas, já foi sucessivamente adiado, já existiram sessões de esclarecimento, também patrocinadas, e bem, pelo Município e pela Junta de Freguesia de Moncorvo, relativamente ao projeto mineiro. É algo em que nós continuamos a aguardar novidades, seria importante, de facto, que o Sr. Presidente, ou o Executivo, nos pudessem esclarecer relativamente ao estado deste projeto, se tem contato com o MTI – que seria, neste caso, a empresa que teria, neste momento, a concessão – ou com a Secretaria de Estado do Ambiente, como é que, de facto, se encontra esse projeto. Acho que era importante para os deputados, e até para o público aqui presente, serem esclarecidos. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Relativamente ao incêndio que deflagrou, segundo informações da Proteção Civil e dos Bombeiros, entre as cinco e as seis da madrugada, era uma habitação com um fraco índice de habitabilidade, mas, contudo, era habitada por uma família com duas crianças. E a informação de que também dispomos é que às nove da manhã estavam lá o responsável da ação social e outro técnico, para fazer uma avaliação dos danos, que foram muitos. -----

Queria também congratular a Feira Medieval, o evento, dar os parabéns ao Executivo. E claro que há sempre situações para melhorar, que são várias, mas, contudo, na íntegra, foram bem-sucedidos. -----

Eu concordo com o que foi dito pelo deputado Eduardo, relativamente ao centro de recolha de materiais, de escombros. Contudo, em Vila Flor já existe um centro de recolha também. Seria, de facto, benéfico se todos os Municípios tivessem um género de um contentor onde depositassem lá, e depois fossem recolhidos, mas isso deve carecer de Legislação própria, e não deve estar na esfera da decisão da Câmara Municipal. Se estivesse, seria ótimo.-----

Sr. Deputado João Pavão, eu não concordo com o voto de louvor em relação aos funcionários da biblioteca. Eu estive presente, e muito, na Feira Medieval, na organização. De facto, a Dra. Helena, os dois "Vitor", a Graça, a Sandra, foram funcionários exemplares. Mas, e os trabalhadores externos? E os trabalhadores aqui da DAF? Todos os trabalhadores do Município de Torre de Moncorvo, todos e digo todos sem exceção, mas o seu voto de louvor é para os funcionários da biblioteca; não concordo com isso. Para dar um voto de louvor, tenho que dar a todos os funcionários do Município, e também da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, que também esteve presente na organização. Por isso, não vou poder assinar esse voto de louvor. Se for alterado e englobar todos os funcionários do Município de Moncorvo, claro que sim, terei todo o gosto em assinar. -----

Voltando outra vez às Assembleias Municipais em direto, é uma questão de o Sr. Deputado efetuar uma proposta, trazer na próxima Assembleia, e leva-se a votação. -----

Relativamente às ideias dos outros Municípios, de facto, devemos sempre retirar o melhor de cada Instituição, de cada Município vizinho, mas não gosto muito de copiar nada – e nós tivemos esse exemplo este fim de semana. -----

E relativamente aos GIPS irem para Mirandela, infelizmente, nós temos cá o nosso Presidente, que se chama Nuno Gonçalves, e não temos a Presidente, que tem o nome que tem, que foi deputada do PS. Infelizmente também é assim que funciona a nível de Poder Central.

Tomáramos nós termos cá, no sul do distrito – já não digo em Moncorvo, mas num outro concelho vizinho – mas infelizmente não temos. -----

E respondendo também à questão do deputado Luís João, de facto, a Associação Cultural e Recreativa de Torre de Moncorvo tem elementos, tem Direção, tem Assembleia, e pelo que sei, o deputado João Pavão faz parte dessa Direção, ou da Assembleia. Por isso, depois também poderão esclarecer isso, se eventualmente pretender, ou se o Sr. Presidente o permitir. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões levantadas. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Na pessoa de V. Exa., cumprimento a Mesa, todos os Srs. Deputados aqui presentes, os Srs. Vereadores e o público. -----

Bom, eu congratulo-me com a sensatez, não é uma novidade para mim que o Prof. Eduardo é uma pessoa sensata. Já estive sentado aqui neste lado, eu também estava cá quando fez uma proposta sensata, que não ia ao encontro do então Executivo, e a forma como foi tratado, e portanto, eu sei como é sensato e como sabe pensar pela sua cabeça, ao invés de outros, que têm sempre algo na lapela para mostrar. E portanto, concordo perfeitamente com aquilo que disse, é uma falha que vamos de certeza absoluta resolver, porque não é pelas críticas que fazem à Feira Medieval que vamos deixar de a fazer, não é pelas críticas que alguns fazem, de que outros que se querem apropriar, que vamos deixar de a ter como marco. Portanto, enquanto eu aqui estiver, podem estar sossegados quanto a isso. Temos é que a melhorar, e a proposta que o Sr. Deputado fez é para melhorar, e nós vamos aceitá-la, porque, efetivamente, é um lapso. -----

Quanto ao Sr. Secretário de Estado das Florestas: se bem se recordam, no início do mandato, dizia eu que, muitas vezes, a Câmara tinha dificuldade em falar com o Secretário de Estado, e que com este Governo, os próprios Secretário de Estado, eram eles que telefonavam para reuniões. Pois bem, isso foi nos dois primeiros anos; a partir daí, foi um problema. E convido quem faz parte dos órgãos das comissões políticas do PS a perguntar ao atual Presidente da Federação Distrital o que é que eu lhe disse sobre o Sr. Secretário das Florestas, que tivemos duas vezes reunião marcada, e no dia anterior – porque pensam que Moncorvo e Lisboa ficam a um passo – manda o Chefe de Gabinete desmarcar. E duas vezes desmarcou a reunião, e que iria marcar posteriormente, mas até agora ainda não marcou nada. Sei, por informação, não da Secretaria de Estado, mas do ICNF, que a Equipa de Sapadores está para breve, uma resolução para breve, que tem a ver, como vos disse na altura, com um problema que nem é nosso, é do Município aqui ao lado, de Vila Flor, mas que está para ser resolvido, quer o de

Vila Flor, quer o de Moncorvo. Aguardamos, entre o final deste mês (que já não há de ser) e o final do mês de maio. -----

Quanto à água, já aqui tinha respondido: o Secretário de Estado do Ambiente, o Eng.º Carlos Martins, tem uma ideia muito própria sobre os agrupamentos para as candidaturas à água. Como sabem, Torre de Moncorvo está nesse agrupamento, com o Douro Interior, são vários Municípios – nove, segundo sei – e que estamos já numa fase de candidatura para todo o controlo da água – nove Municípios. -----

Quanto aos inertes, dizer-vos que isso já foi assunto de deliberação pela Associação de Municípios do Douro Superior, em específico, já veio a Reunião de Câmara, e o intuito será em cada um dos concelhos – em Vila Flor, a empresa já está também acreditada para o poder fazer – poderemos, nos seis Municípios – agora são seis, porque Figueira de Castelo Rodrigo entrou para a Associação de Municípios do Douro Superior, era a única que fazia parte do Douro Internacional que não estava, e neste momento temos todos os Municípios que acompanham o Douro Internacional a fazer parte da Associação de Municípios – e será através de pesagem e de contentores em locais próprios, para serem recolhidos em cada uma das sedes do Município, e depois transportado para Vila Flor. Está na Associação de Municípios para se fazer o respetivo procedimento. -----

Quanto às lombas, perguntei ao Sr. Vice-Presidente, que é quem tem o pelouro, estão retificadas e foram feitas as alterações entendidas como necessárias. -----

Sr. Deputado João Pavão, eu reitero o que disse o Sr. Deputado José Meneses: os votos de louvor, obviamente que a Câmara Municipal os irá dar, mas não em específico a um serviço, que trabalhou bem, mas a todos aqueles que estiveram presentes e que trabalharam. É que não é só uma ou outra secção; são todas. E àqueles que trabalharam, tem que se lhe dar esse louvor. -----

Quanto ao hipermercado, não é só uma cadeia; há várias. Vieram ter algumas reuniões, com algumas sugestões e algumas ideias, alguns até já com um projeto de alguma forma avançado em termos de localização. Tiveram reunião com a Câmara, só que as negociações são entre privados. Portanto, a Câmara, o que disponibiliza é tudo o que estiver ao alcance dela; não vai entrar nas negociações de compras e vendas de terrenos. Isso nós não fazemos, e portanto, está assim. Não é só uma cadeia, são duas que estão com interesse em instalar-se em Torre de Moncorvo. -----

Quanto ao GIPS, por vezes é bom andarmos uns anos para trás, e o Sr. Deputado tem uma vantagem sobre mim: é que é mais novo. Essa é a grande vantagem. Mas, esquece-se é que quando foram instalados em Alfândega, foram vetados para vir para Torre de Moncorvo, e eu não estava cá. E a justificação – mais do que uma vez as houve aqui na Assembleia Municipal

– é que não estavam a dar condições a quem não queria cooperar, mas só queria multar. E depois foram para Alfândega. É bom recordarmo-nos disto. -----

Agora, investimentos nos outros concelhos, eu fico muito contente com eles. Eu tenho aqui um onde tenho vinte por cento (20%), e estou muito triste, que não consigo resolver. Não sei como é que foi noutro concelho, com um grande hotel-spa, e os lucros fabulosos que aquilo deu. Fotografias, vi muitas; agora, se estão a funcionar, não sei. Idas ao Brasil, também sei que vai haver; fábricas de perfumes, também sei que foram anunciadas. Mas, onde é que estão? Essas é que eu gostava de ver, quando estiverem concretizadas. Agora, o Sr. Deputado pode dizer assim: “Moncorvo não consegue ter essa megalomania”; pois não, mas fez uma nova empresa que foi instalada, onde vieram dez operários para cá, temos uma empresa de caleiras, que não tínhamos, onde estão três. É que há alguns, que como não têm nada para fazer no concelho, até arranjam maneira de trabalhar noutros concelhos, com contratos que nós não sabemos como é que são feitos, e que não constam dos índices de transparência de que muito gostam de falar. Mas, há aqui dentro desta sala quem podia falar disso, em vez de abanar a cabeça. -----

E para dizer também que quando queremos utilizar espaço público, é só pedir licença às Câmaras, porque é assim que é legal. E quem quer ser candidato, e quem quer ter um posto, e quem quer exercer funções, deve saber disso. Mas, não deixando cair isso, pergunto-lhe também, Sr. Deputado: não faz parte de um grupo de pessoas de grande empreendedorismo para captar investimento em Torre de Moncorvo? Quantos é que já vieram? V. Exa. é um dos principais responsáveis por esse empreendedorismo. Ajude também a Câmara, que a Câmara também o ajuda a si. São assim as parcerias; essas é que são as verdadeiras parcerias. E vou-lhe recordar outra coisa: há uns anos atrás – eu só soube isto há um ano – em Zamora, fiquei muito desiludido quando me disseram assim: então, havia um protocolo com a Douro-Duero para criação de pelo menos sessenta postos de trabalho em todas as zonas ribeirinhas, e em todos aqueles que faziam parte da Douro-Duero, e quem era o interlocutor em Moncorvo? A AJUM. E deixaram cair, onde podíamos ir buscar quatro, ou cinco, ou seis? Foi isto que me foi dito. Até pode ser mentira, mas não vi isto desmentido, eu também não tinha conhecimento. Mas, falaram do seu nome. Falaram do seu nome, falaram do Presidente da AJUM, na altura. E isto, perdermos cinco ou seis postos de trabalho, equivale ao mesmo que cem ou cento e vinte em Lisboa ou no Porto. Se disseram mal, foi a coordenadora da Douro-Duero – digo-lhe já aqui quem foi para, se quiser, atuar contra ela judicialmente; foi a coordenadora. Se isto é mentira, é com ela que deve dizê-lo. -----

Portanto, isto para vos dizer que quando se fazem perguntas, às vezes, onde é que está o Gabinete de Empreendedorismo, o Gabinete de Empreendedorismo fez, do princípio ao fim, toda a qualificação da amêndoa coberta em Torre de Moncorvo. Se hoje somos o centésimo

trigésimo nono produto reconhecido, deveu-se ao Gabinete de Empreendedorismo da Câmara; não fomos a entidades externas. -----

Sr. Deputado José Aires, se teve tempo para ver a informação que lhe enviei, deve reconhecer pelo menos isto: que lhe enviei desde o início do anterior Executivo até este. Não quisemos tirar louros nem meios louros. Devo dizer-lhe – que isto também está em ata – que quando foi para a escolha do promotor, eu votei contra. E votei contra por uma razão: porque entendia que um projeto que dava – estamos aqui a falar de cerca de três milhões e seiscentos mil (3.600.000€) em contrapartidas, havia um que só dava dois milhões (2.000.000€) – não interessa agora saber qual é – mas que tinha uma contrapartida suplementar, que era poder injetar a eletricidade no que fosse consumido na bombagem da Barragem ????. Não era imediato. E portanto, da abertura que houve do Sr. Secretário de Estado da Energia, nunca me vão dizer mal, sempre correto; do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, sempre correto, teve connosco uma reunião com o próprio Embaixador da Irlanda. Com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, quando lhe pus a questão numa reunião da CIM, ficou de marcar uma reunião passado quinze dias, foi até hoje, já no outro mandato. Mas, também estava a tentar resolver o assunto. Só que depois, havia quem tinha que dar pareceres vinculativos, e o parecer vinculativo do ICNF foi negativo, e foi a primeira vez; e fez-se segundo projeto, foi a segunda vez. E a partir daí, não havia mais hipótese. Eu, quando lhe digo do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, digo-lhe isto: ele estava em Paris para assinar, na altura, o protocolo no âmbito do tratado sobre o ambiente, e telefonou-me e disse-me isto – para ver que eu vejo os dois lados: “Olhe, deixaram-me isto em cima da mesa, há quinze dias, não vou fazer um deferimento tácito, vou reprovar isto.” E eu expliquei-lhe a situação, mas também percebi o que é que ele estava a dizer. E portanto, ninguém mais do que eu e do que todos os que estamos aqui, e dos que estão lá fora, quererá ter investimento aqui. Agora, não diga que era o maior investimento; era um grande investimento, era um investimento importante, porque estávamos a falar de cerca de noventa milhões de euros (90.000.000€), estávamos a falar de um empreendimento para ter uma duração de cerca de trinta anos, com três ou quatro postos de trabalho, era tudo feito com material de empresas portuguesas e vinha ao encontro das grandes promessas, do investimento em regiões de baixa densidade e a captação de investimento estrangeiro. Pois, nem uma coisa nem outra se cumpriu. Não conseguimos que esse investimento fosse feito no território de baixa densidade onde nos encontramos, e o investimento que era estrangeiro também não veio para esta região em concreto. Agora, ninguém pode acusar este Executivo, nem o anterior, de não terem tentado por tudo. E nem se trata de políticas; nem se trata de políticas, porque se tivemos o Eng.º Sócrates aqui, na do Baixo Sabor, tivemos um grande trabalho do então Ministro, depois Comissário Europeu, Eng.º Arlindo Cunha, a trabalhar para isto. Portanto, nem de política se trata. Como sabe, há a

possibilidade do fecho de um grande empreendimento industrial em Sines, que tem que ser compensado de alguma forma. Mas, vamos ver – como diz o Presidente da Câmara de Sines, com o qual já estive reunido – como é que vai ser com o impacto ambiental, porque primeiro não era necessário, e agora já é. Vamos ver. -----

Quanto à pergunta que me fez sobre a MTI, eu tenho um compromisso com o mesmo que até 31 de maio não irei falar. Está dentro do que foi acordado entre a empresa e o Poder Central, e portanto, aguardaremos até 31 de maio. Quando eu souber alguma coisa, serão os primeiros, os Srs. Deputados, a saber também aquilo que eu vou saber. Mas, não estou, neste momento, capacitado para lhe dizer mais do que aquilo que foi assinado, com toda a pompa e circunstância, em Lisboa. É isto que lhe posso dizer neste momento: até 31 de maio, estão a cumprir os prazos. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente ao voto de louvor, não deu entrada. Então, rápido, se faz favor. Foi feita uma pergunta direta.-----

-----**O Deputado João Pavão:** Muito obrigado, Sr. Presidente, por me permitir este esclarecimento rápido. -----

Relativamente à Rádio Cultural, à Associação Cultural que tem a rádio, se calhar seria melhor chamar o Presidente para vir cá esclarecer sobre essas dúvidas. E relativamente à Associação Cultural de Torre de Moncorvo, mas que tem a rádio, é das muitas associações que recebe zero euros da Câmara. E portanto, vocês deveriam fiscalizar o dinheiro que é transferido para algumas associações, e não perguntas para associações que recebem zero euros do erário público.-----

Depois, ainda relativamente ao que o Estado dá para Moncorvo, ou dá para os concelhos limítrofes...-----

-----**O Presidente de Mesa:** Não, desculpe, vou tirar-lhe a palavra. Desculpe, foi-lhe posta uma questão relativamente à rádio, já está a alongar a intervenção. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Então, pronto, relativamente à intervenção do Sr. Presidente, em que o meu nome foi posto, eu estou a saber aqui neste momento quais são os valores de empregos que o Presidente falou, e na altura não era Presidente da associação, nem nunca fui Presidente da associação, o Presidente era o Emanuel Morais. Eu só estou a saber agora do que você está a dizer. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS)**, **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**, **José Aires (PS)** e **José Meneses (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor, relativamente ao primeiro ponto do período da ordem do dia. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Muito rapidamente, dizer que para além da comemoração do 25 de abril, o que gostaria de destacar era a requalificação das unidades de tratamento de águas residuais, que penso que é estruturante para o concelho, e dar-vos a conhecer – porque não estavam aqui – para além das candidaturas que foram aprovadas agora – Adeganha, Cabanas de Baixo, para construção da ETAR e integração da SAR da Foz do Sabor e da Lousa, também a de Cabeça de Mouro, que chegou sexta-feira à tarde aprovada. Portanto, eu não consegui colocar aqui. -----

Também dizer-vos que foi assinado um protocolo de regularização fluvial, por causa dos incêndios de outubro, com dezoito dos oitenta e seis Municípios do Norte. Torre de Moncorvo assinou um, e seremos contemplados com cento e vinte e cinco mil euros (125.000€). -----

Dizer-vos também que na última reunião da Câmara Municipal foram questionados os subsídios que entregamos a associações, cujo ato é público, que tem regulamento, e são associações que prestam contas, têm eleições marcadas, sabemos quem são os órgãos. E mais, não é verdade o que o Sr. Deputado está a dizer, que recebe zero, não é verdade. Não é verdade que recebe zero da Câmara. Sabe por quê, Sr. Deputado? As instalações são da Câmara, e nunca prestaram contas à Câmara. Portanto, é melhor rever isso, mesmo numa Assembleia de sócios, se é que alguma vez houve uma.-----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Terminou, Sr. Presidente? Vamos, então, dar início à discussão. Temos quatro pessoas inscritas para a primeira ronda deste ponto. -----

Sr. Deputado João Pavão, faça favor. -----

14.
Pedro
M.

-----**O Deputado João Pavão:** Sr. Presidente, muito obrigado pelo seu esclarecimento, da razão pela qual a associação está em regime de comodato, como parte das associações. O que eu quis referir foi os dinheiros públicos que são transferidos, que no caso, são zero.-----
Ainda relativamente à atração de serviços públicos – e foi pena, que dessa vez também fui contra essa situação do serviço GIPS ter ido para Alfândega, e estava por baixo do parque do SPA, eram ali uns contentores onde estava o SPA, mas aqui estamos a dar exemplos de como podemos trazer pessoas para o nosso concelho. E nós não estamos aqui contra vocês, nem contra Moncorvo; nós estamos aqui porque somos todos a favor de que Moncorvo esteja bem, e aqui estamos na liberdade de discussão de ideias. Se repararem, não entro em ataques pessoais, não estamos aqui com ataques pessoais. -----
Mas, já que estamos a entrar nesse campo, há só uma situação que eu quero fazer: este órgão é o órgão fiscalizador do Executivo, certo? E às vezes, nas intervenções, o que sentimos daquele lado é que o Executivo pede esclarecimentos à Oposição. Mas, também vou fazer aqui um esclarecimento, ou pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente, e as intervenções, que às vezes fico um bocado a duvidar se o Sr. Deputado – ou neste caso, Presidente de Junta, ou neste caso, o Chefe de Gabinete – se está a defender o Executivo, ou está a fiscalizar o Executivo, porque não podemos estar dos dois lados, ser o órgão fiscalizado e o órgão fiscalizador. Isto é só um apontamento para saber qual é a vossa posição. -----
Relativamente à atração de investimento e de serviços públicos, também nos dois anos em que o PSD esteve no poder, de 2013 a 2015, também não vi nada que viesse para Moncorvo de relevância. É disso que eu estou a falar. -----
E era só esta a minha intervenção, como temos a segunda ronda. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Sr. Presidente, a minha questão é uma questão direta para si: a comparação da situação financeira a 20 de fevereiro e 20 de abril, continuo a ver que o valor é similar às outras, que não tenho em memória, das outras reuniões, o valor da dívida de terceiros, participações do QREN e de outras entidades continua altíssimo, eu não consigo perceber como é que a Câmara consegue trabalhar, ter uma saúde financeira com uma dívida tão grande por parte do Estado. -----
Eu que sou um bocado leigo nestas questões com o Estado, também vi que há um empréstimo do Estado, e há uma dívida ao Estado. Não é possível haver encontro de contas, e assim poderia haver um encaixe, que acho que são duzentos e tal mil euros? -----
Sr. Presidente, eu gostava só de dizer que ainda bem que há Governos que não se deixam influenciar pela cor do Partido que está em determinada autarquia. Fazer comparações entre

este Governo, que se deixou influenciar pela Autarquia A, o Governo anterior não se deixou influenciar pela Autarquia B, eu não vejo grande vantagem no Governo que se deixou influenciar. -----

Era só este pequeno apontamento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires, se faz favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente ao Ponto n.º 1, que estamos agora a discutir, tinha aqui algumas questões para colocar, nomeadamente aqui do relatório que é apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, da receção da Volta ao Nordeste em Bicicleta, essencialmente tentar perceber, então, relativamente a esta questão, quais os objetivos que resultam desta atividade, e em que é que consiste a Volta em Bicicleta ao Nordeste, é uma atividade que eu desconhecia. É organizada por quem e com que objetivos? Depois, verificando que decorreu durante três dias, também tentar perceber, uma vez que não tive oportunidade de estar presente, nem tive conhecimento desta atividade, se foi aqui o final da etapa e o início da outra, se realmente os participantes que participaram dessa atividade pernoveram no concelho, gerando assim receitas para a nossa atividade económica, ao nível da hotelaria e restauração. -----

E apenas também mais duas questões, nomeadamente, relativamente aos Planos de Ação de Regeneração Urbana, que são aqui referidos, se existiu, de facto, alguma discussão pública relativamente a este plano. De facto, é uma praça, que estive a pesquisar também através do Google Maps – que foi aqui uma questão que o Sr. Deputado Júlio Andrade trouxe na outra reunião – e não consegui verificar onde se localiza exatamente esta praça, se nos pudesse falar um pouco. Isto não esteve a discussão pública; lembro-me que o Executivo do Partido Socialista anteriormente, em projetos de relevância para o Município, como penso ser este, que neste caso é a conceção do espaço público, quando foi a requalificação do Largo da Corredoura, teve essa preocupação, de encetar uma discussão pública, até foi realizada uma maquete, que foi disponibilizada na Biblioteca Municipal, para que as pessoas se inteirassem em que é que consistia o projeto, quais são os objetivos, e pudessem dar as suas contribuições. Eu gostaria, neste âmbito, de ser esclarecido também relativamente a esta matéria. -----

Relativamente a outra questão aqui, que eu também acho que é relevante, ainda sobre a atividade municipal, relativamente a ter obtido parecer positivo do Plano de Combate ao Insucesso Escolar de Torre de Moncorvo, se esse plano nos pudesse ser fornecido – penso que ainda não veio a esta Assembleia Municipal – não sei se seria possível, através dos serviços, dar-nos conhecimento desse Plano, em que é que consiste. Aproveitar também que

12.
Pedro
Oly

está aqui o Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas, se me pudesse esclarecer, e verificar quais são os níveis, de facto, de insucesso que se registam atualmente no nosso centro escolar, e em que é que consiste este Plano. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Sr. Deputado João Pavão, deste lado também ninguém entra em ataques pessoais, e você sabe perfeitamente disso, porque até lá fora confraternizamos bastante, eu e você, e tenho todo o gosto. Esqueceu-se foi de uma coisa: também sou responsável da Proteção Civil por delegações de competências. Em todo o caso, aqui estou representado como Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo. E nesse papel, estou a zelar pelos interesses dos Moncorvenses e da Freguesia de Torre de Moncorvo. Contudo, quando tenho informações, e como foi o caso do incêndio, que foi sugerido pelo Presidente da Junta, o meu colega da Cabeça Boa, eu dei-lhe uma explicação. Poderia tê-lo feito lá fora, mas, se calhar, diriam vocês desse lado: "Então, mas o José Meneses não sabe qualquer coisa?" Não sei, mas poderia acontecer isso. E também hoje estou a substituir o papel do Líder Parlamentar, que está ausente, somente isso. Mas, continuo a ser o José Meneses. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões levantadas. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado João Pavão, a forma veemente como às vezes falamos não quer dizer que tenhamos qualquer questão pessoal, e sabe disso perfeitamente. Aliás, se há alguém que não pode falar como é que correu a Feira Medieval, sou eu, por impossibilidade de estar, e uma das mensagens que recebi foi do Sr. Deputado, a qual agradei. -----

Portanto, dizer-lhe só dois ou três esclarecimentos. Aquilo que levantou, e que poderia não querer chegar ao ponto que acabou por chegar, sobre o Chefe de Gabinete, o Chefe de Gabinete, é uma prerrogativa do Presidente da Câmara, como sabe, de escolher, bem como o adjunto do seu Gabinete, mas no mandato passado, onde o Sr. Deputado não estava, foi levantada a questão e pedido um parecer, que foi dado pelo Tribunal Constitucional, onde veio dizer sobre a sua justiça e sobre a legalidade de estar presente como está. E portanto, mais do que ir para além do Tribunal Constitucional, não posso ir, como é óbvio. -----

14.
Pedro
Pey

De 2013 a 2015 não veio nada para Moncorvo, não é assim, mas vamos dizer que não veio. Eu, ao contrário do que o Sr. Deputado fez, ao não querer censurar o Partido que o senhor apoia, por querer retirar vinte por cento (20%) do FFF a quem não fizesse a limpeza das matas, o senhor não quis, quis retirá-lo da sua declaração, eu recorde-me que o anterior Presidente deu aqui nesta sala um agradecimento público ao então Primeiro Ministro, Dr. Durão Barroso, pela construção do acesso ao IP3. O seu Presidente da Federação Distrital veio dizer “cobras e lagartos” – entre aspas – na comunicação social contra o então Presidente da Câmara. Aí é que se vê quando lutamos pelo concelho ou quando lutamos pelo Partido. E sabe que eu já cheguei a um ponto em que, estando aqui como Presidente da Câmara, e depois regressando à minha atividade profissional como advogado, não pretendo fazer carreira de político. E portanto, quando tiver que dizer uma coisa a favor, digo; quando tiver que dizer contra, digo e assumo. E comprometo-me perante os Srs. Deputados a trazer uma declaração de voto que eu fiz há uns anos atrás, quando foi do Centro de Saúde, contra os deputados de Bragança eleitos pelo PSD e contra o Governo PSD. Eu trago-a aqui e leio-a, para verem. -----

A pergunta que fez o Sr. Deputado Luís João, sobre esta dívida: como sabem – e isso vai aparecer nas contas – os resultados transitados, alguns negativos – se bem se recordam, cerca de duzentos e setenta e dois mil euros (272.000€) – têm a ver com o FAM. Não sei se se recordam, quando o FAM foi instituído, o que era inicial era que oitenta por cento (80%) seria assegurado pelo Estado, e vinte por cento (20%) pelas autarquias – recordam-se disto. Depois, com a troika, decidiu-se que cinquenta por cento (50%) seria das autarquias, cinquenta por cento (50%) do Estado. E depois – que é uma coisa curiosa – no primeiro ano, foi obrigatório às autarquias imputar esse dinheiro como dívida ao Estado, quando na verdade o que as autarquias estavam a fazer era colocar num fundo de emergência o dinheiro das próprias autarquias. A Torre de Moncorvo chegou cerca de meio milhão de euros (500.000€), que estamos a pagar. No primeiro ano, isso não estava refletido nas contas, o que fez com que no segundo e no terceiro ano se imputassem os do primeiro, mais os dos que estão a correr. E é essa a dívida que nós temos para com o Estado, que não estamos a utilizar, porque nós não fomos ao PAEL, nós não fomos a nenhum fundo de emergência previsto no FAM, e portanto, estamos a ser credores, porque no contrato assinado também dizia que os Municípios que colocassem lá as verbas e não fosse necessário ir buscá-las para pagamentos, seriam ressarcidos de juros – recordam-se deste contrato, que era assim. Portanto, Moncorvo, neste momento, é um credor líquido daqueles Municípios que já foram buscar fundos – dou-vos dois exemplos, Portimão e Aveiro, por exemplo, que foram os primeiros – e não fomos buscar nada. Não sei se algum Município aqui à volta foi; tenho quase a certeza que sim, mas não tenho a certeza. O que quer dizer que para além de sermos credores, constamos também como

devedores, porque ainda não concretizámos a verba, na totalidade, do FAM – é por isso que está aqui esta dívida que nós temos com o Estado. -----

Pelo contrário, estes cerca de quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil (4.564.000€) que o Estado é devedor, à altura, da Câmara Municipal, tem a ver com os contratos assinados no âmbito do QREN, e de todos os programas, obviamente. Quero dizer-vos que estas obras que estão a decorrer, principalmente as do SAR e o tratamento das águas residuais, têm sido lançados os procedimentos, e a Câmara Municipal, obviamente, tem feito um esforço enorme para conseguir pagar a tempo e horas. E por isso, aquele empréstimo que foi votado aqui, que vem novamente, mas por outra razão, tem a ver com o que a Lei do Orçamento de Estado permitia para os quinze por cento (15%) não comparticipados. O problema foi, depois, o que aconteceu com todas as autarquias e com todas as candidaturas, e que os Srs. Deputados, alguns melhores do que eu, saberão, que não havia dinheiro para todas, e teve que haver redução, desde construções dos quartéis de bombeiros, até esta situação decorrente do PO-SEUR, foram todas propostas abaixo do que aquilo que tinha sido primeiro contratualizado. E portanto, é esta a situação em que estamos. Estamos numa situação financeira que não é a melhor situação financeira que eu gostaria de ter, mas é uma situação financeira sustentável. Desde logo, saímos de um endividamento estrutural que existia em 2013. Quando nos falamos do agradecimento ao pouco que se fez de 2011 a 2013, não é verdade, porque de 2011 a 2013, o endividamento era estrutural, estávamos em excesso de endividamento. E não somos nós que o escrevemos; é a DGAL – não cumpríamos um único critério que nos permitisse ir além do que fosse a gestão corrente da Câmara. Hoje, podemos dizer que a 31 de dezembro, temos dois milhões (2.000.000€) de margem absoluta disponível para investimento, e que estou certo, chegará aos quatro milhões (4.000.000€) neste primeiro semestre. -----

Quanto à Volta ao Nordeste, Sr. Deputado, a Volta ao Nordeste é uma promoção, como diz, do Nordeste. É feita pela Associação de Cicloturismo do Nordeste, é feita pela Voz do Nordeste. Terminámos aqui uma etapa e iniciámos, ficamos cá a pernoitar, e a Câmara Municipal, foi um brinde, e os dois mil e quinhentos euros (2.500€) de promoção com os Municípios do Nordeste. Foi isto que se fez, basicamente. -----

Quanto à Praça Padre José Gomes da Costa: recordam-se, na última Assembleia Municipal, quando os convidei a estarem presentes no Feriado Municipal. A 19 de março de 2017, foi apresentada publicamente a Praça Padre José Gomes da Costa, fizemos a apresentação também em Reunião de Câmara e expusemos a maquete publicamente – aliás, uma parte desta maquete até já vinha também de um reaproveitamento do anterior Executivo, e portanto, já tinha estado também ao público – e colocámo-la juntamente com o nome que se pretendeu, Padre José Gomes da Costa. E porquê o Padre José Gomes da Costa? Provavelmente não vos dirá nada o Padre José Gomes da Costa. O Padre José Gomes da Costa era

Moncorvense. Fizemos um protocolo, na altura, com o Centro de Recuperação de Arte Sacra, para recuperar um quadro que estava deteriorado nas escadas da Igreja Matriz, que era exatamente do Padre José Gomes da Costa, que foi só o fundador da Ordem dos Vicentinos em Portugal. E por isso se entendeu, na Câmara Municipal, fazer esta obra do Padre José Gomes da Costa. Mas mais, para além disto tudo, esta obra esteve publicamente à vista de todos, porque foi uma das que foi incorporada no PARU, e que os Srs. Deputados também votaram, que foi no mandato passado. É verdade, alguns não estariam cá, mas que as zonas todas do PARU, aquelas que concorremos, e as obras previstas no PARU vieram, quer à Câmara Municipal, quer à Assembleia Municipal. Portanto, mais publicidade do que esta não era possível. Teve é que se concretizar, e está praticamente feita, e penso que veio melhorar aquele espaço que há muitos anos servia, quer de depósito, às vezes, da própria Câmara Municipal, quer, muitas vezes, de entulho a determinadas empresas que, à socapa da noite, lá deixavam esses detritos. Portanto, penso que foi uma melhoria, e foi ali um fecho para todas as obras que se fizeram no âmbito desta candidatura, do PARU, para o Santo Cristo. -----

Quanto ao parecer positivo ao Plano de Combate ao Insucesso Escolar: o Plano de Combate ao Insucesso Escolar, quero dizer-vos que é um programa da CIMDouro – aliás, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal provavelmente estará mais dentro dele do que eu. A Câmara Municipal, como integrante da CIMDouro, promove, mas depois a candidatura tem a ver, quer com o Executivo da CIMDouro, quer diretamente com as escolas. Sei que o nosso são cerca de duzentos e tal mil euros, para uma série de medidas que a escola entende serem as mais importantes e aquelas que se coadunam com o concelho e com as necessidades da própria escola. Aqui, o Município só está na fase de candidatura integrado na CIMDouro; depois são as escolas, cada uma per se, que decidem o que entendem de melhor para o seu estabelecimento. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes das inscrições, responder só a propósito dessa questão ao Sr. Deputado, e dizer-lhe que no Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, o Agrupamento de Moncorvo está dentro das metas fixadas pelo próprio Governo. Nós, todos os anos – aliás, já no ano passado, no ano letivo 2016/17, foram definidas metas a nível do Ministério da Educação, estamos dentro dessas metas, e este ano, que é o segundo ano, estamos também dentro das metas. Aquilo é por ciclos, evidentemente temos um ciclo mais problemático, nos outros ciclos a coisa está mais estável, mas está dentro das taxas nacionais e das taxas definidas pelo Ministério. -----

Quanto a esta situação, aqui isto tem duas componentes: tem uma componente mais pedagógica, que é a nível do Agrupamento, dos recursos humanos que temos, dos professores que temos, e depois há outra componente – como falou o Sr. Presidente da Câmara – que é a nível da CIMDouro, em que há uma verba que será atribuída aos diversos Agrupamentos. E essa verba tem parecer positivo, é um projeto que virá para ser executado durante três anos, e essa verba contempla duas vertentes: uma vertente será em recursos humanos – psicólogos, terapeutas, técnicos – e haverá outra vertente que será recursos materiais – concretamente equipamento de laboratório e uma sala da biblioteca, melhoria da biblioteca, que irá de encontro também às obras que se irão desenvolver. Portanto, fundamentalmente, é isso. Não há aqui um programa específico para Moncorvo, porque tem um insucesso elevado; não, é um programa nacional, que a Câmara e a CIMDouro estão a executar, e que o Agrupamento também está a executar, mas dentro dos parâmetros definidos pelo próprio Ministério da Educação e perfeitamente de acordo com as taxas de insucesso de âmbito nacional. Portanto, não estamos desfasados, felizmente. Aliás, pelo contrário, nós no último ano, em termos de ranking, até tivemos resultados muito satisfatórios, seja a nível do nono ano, seja a nível do ensino secundário. Não sei se respondi à sua questão. -----

Então, vamos dar início à segunda ronda do primeiro ponto. Há uma inscrição, peço desculpa, não tinha visto. Faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente ainda aqui ao primeiro ponto, agradecer desde já também as explicações que já foram prestadas. Queria apenas colocar mais algumas questões, algumas dúvidas que ainda me permanecem, relativamente, neste sentido, à Feira Medieval, que já foi aqui também falada em pontos anteriores. Nós tivemos, há dois anos, cerca de vinte e cinco mil visitantes, no ano passado o número revelado foi cinquenta mil visitantes e duzentos mil euros (200.000€) que a SIBS indica que durante aquele mês foram levantados nos multibancos de Moncorvo. Eu gostaria, então, se o Sr. Presidente nos pudesse dizer, também em termos de comparação, qual foi a informação prestada pela SIBS este ano relativamente ao montante dos levantamentos que ocorreram aqui nas caixas multibanco da Vila e do Concelho de Torre de Moncorvo, e qual o número de visitantes, neste caso estimado, para esta última Feira Medieval.-----

Relativamente também aqui ao quadro que se encontra em anexo, eu tinha algumas questões para colocar, nomeadamente relativamente ao QREN, existem aqui dois quadros, um relativamente a fevereiro de 2018, e outro relativamente a abril de 2018, e eu gostaria de saber, relativamente essencialmente ao QREN, nos investimentos, o porquê dessa diferença que é registada entre o mês de fevereiro e abril, no que diz respeito ao valor contratualizado.---

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Agradeço ao Sr. Presidente a explicação dada, deste montante avultado por parte do QREN. A minha preocupação é por quê? Porque este Executivo, já no mandato anterior, se comprometeu – é uma das bandeiras – com o prazo médio de pagamento a fornecedores ser o mais baixo possível. Recordo que em 31 de dezembro de 2013, situava-se nos cento e trinta e sete dias, e que a 31 de dezembro de 2017, cifrava-se em trinta e quatro dias. A minha preocupação é com estes fornecedores; se a Câmara quiser trabalhar bem, tem que tratar bem os fornecedores. E a minha questão seguinte é: vi que este prazo poderá subir caso as verbas das participações do QREN se atrasem. Há uma estimativa, por parte dos serviços, ou por parte do Executivo, se este prazo médio de pagamento a fornecedores irá subir? Ainda continua o Sr. Presidente do Executivo com a meta de baixar ainda mais, ou seja, baixar dos trinta e quatro dias, este prazo? -----

É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente, para responder aos membros da Assembleia. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, quanto à Feira Medieval, penso que, pela primeira vez, estamos todos de acordo que se trata de um evento que não desmerece o prestígio do concelho. E portanto, ainda bem que estamos todos de acordo. Quanto ao número de visitantes, eu tinha acabado de dizer que nem consigo dizer-lhe se estiveram muitos, se estiveram poucos, pessoalmente; tenho só as informações, porque não estive na Feira Medieval – não estive, por motivos de doença não me foi permitido estar em nenhum dia, e portanto, nem sei se choveu, se fez sol, como é que estive. Não consegui estar aqui em Torre de Moncorvo. Posso dizer-lhe em casa como é que estava; aqui, não. Mas, eu podia dizer-lhe aqui que houve um valor hoje que só ouvi da sua boca, que foram os cinquenta mil. Do ano passado, os cinquenta mil, ainda nunca tinha ouvido. Esses cinquenta mil, só nas enchentes do Estádio da Luz, e é para aqueles grandes derbies. Bom, mas quanto ao levantamento nas caixas multibanco, como sabe, a SIBS só faz no ano posterior as indicações do ano anterior. Ou seja, havemos de lá chegar; quando tiver, mostro-lhe como mostrei a outra, com o papel timbrado da SIBS, e com tudo o que eles nos entregam. -----

Quanto à discrepância de valores: aqui, se repararem, no dia 20 de abril são quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro (4.564.000€), o que quer dizer que o Estado já fez trezentos mil

(300.000€) de entregas ao Município das obras que estão a decorrer. É basicamente por isso que baixou dos quatro milhões e oitocentos mil (4.800.000€) para os quatro milhões e quinhentos mil (4.500.000€).-----

Só, se me permitem, dar-vos uma leitura, também porque eu não gosto, não gosto mesmo – eu prefiro que me critiquem a mim do que critiquem os funcionários do Município; não gosto. Posso, ou não, estar de acordo com eles, mas não gosto que os critiquem a eles; prefiro que me critiquem a mim. E portanto, eu pedi, para ficar de uma vez esclarecido, e por isso vou perguntar se este e-mail joseaires11@gmail.com é do Sr. Deputado. É que se é, foi-lhe pedido a 9 de abril de 2018, às dezassete e trinta e sete, que pudesse “verificar as intervenções que não foram completamente audíveis nos diversos pontos discutidos, e caso assim o entenda, e só nesses casos, poderá completar a sua intervenção.” Isto em 9 de abril de 2018, tendo sido dado como recebido. Poderá é o e-mail estar mal. E acreditamos, porque é o que está na ficha que o Sr. Deputado entregou, e que é joseaires11@gmail.com. Portanto, qualquer dúvida que haja, é aqui neste e-mail que devem ver, quer os serviços, quer o Sr. Deputado, para não haver outra vez situações como estas. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Quer falar do e-mail? Faça favor, Sr. Deputado. Faça favor. É só confirmar se o e-mail está correto. -----

-----**O Deputado José Aires:** Eu penso que já respondi a essa questão anteriormente, Sr. Presidente, e neste sentido, o e-mail que foi pronunciado pelo Sr. Presidente está correto. A morada que consta desta carta está incorreta. Foi o que eu disse anteriormente. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Da carta, os serviços irão ver o que é que se passa. Relativamente ao e-mail, ver o spam, etc. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município.** -----

PONTO 2 — AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DA CIMDOURO E AFINS.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

É um assunto muito rápido. Como sabem, nós já deliberámos este assunto sobre o fornecimento de energia. Dizer-vos só que, entretanto, se bem se recordam – e isto é importante recordar, como é que nós fazíamos isto – a CIMDouro enviava todos os procedimentos, porque quem faz o procedimento é a CIMDouro, nós votávamos aqui o procedimento, dávamos o parecer favorável, e a seguir eles desencadeavam novamente o procedimento. A alteração da Legislação veio dizer que quem é competente para iniciar e proceder aos concursos passam a ser os aglomerados, ou seja, a CIMDouro. E as Câmaras Municipais – e bem, no meu entendimento – faziam aqui só o favor de assumir uma coisa que não era delas, porque depois tínhamos que reencaminhar, passaram a ser eles os competentes, e nós apenas temos que ratificar os procedimentos deles com os locais que nós indicámos no nosso concelho, e cada uma das Câmaras Municipais ratifica os seus locais. Eu não tenho que dizer o que é que Foz Coa indica, como não tenho que dizer o que é que Alijó, Armamar, Sernancelhe, fazem, e eles também não têm que dizer sobre o nosso. Fica a CIMDouro como responsável deste procedimento, e se tiveram ocasião de ver, temos aí no Município de Torre de Moncorvo só a estimativa e os locais, podendo desta forma ratificar a aquisição da energia elétrica para os oito meses de 2018 e os doze meses de 2019. -----

Dizer-vos também – o Sr. Deputado João Pavão não está, mas eu gostava que ele ouvisse isto – dizer-vos que não era necessário trazê-lo à Assembleia Municipal, mas fiz questão que isto viesse para todos termos conhecimento. Porque isto não é uma decisão do Presidente da Câmara, nem dos Srs. Vereadores; é uma decisão que cabe a todos, e se todos soubermos, público inclusive, pode explicar lá fora. E é importante que seja explicado lá fora a forma como está. E por que é que não era necessário vir à Assembleia Municipal? Porque nós, quando votámos o primeiro, votámo-lo de forma plurianual, ou seja, os cabimentos e os procedimentos estavam inscritos já de forma plurianual. De qualquer forma, para terem conhecimento de todos os locais – que não foram alterados, são os mesmos – eu entendi que deveria ter vindo à Assembleia Municipal. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu peço desculpa isto estar assim, mas são os locais do Município que serão abrangidos pelo contrato. Penso que toda a gente recebeu. Quem pretende intervir? José Aires, faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Agradecer desde já a explicação que foi efetuada pelo Sr. Presidente do Município. Relativamente a esta questão, se eu bem a compreendo, diz respeito à contratação de iluminação dos espaços públicos, que é efetuada através das CIM's, no sentido de podermos ganhar escala e também adquirir preços mais competitivos relativamente ao mercado liberalizado que existe atualmente. Eu queria só questionar, uma vez que poderia resumir, se relativamente aos custos, eles têm sido iguais, diminuído ou aumentado, se pudesse só clarificar. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, quer intervir? -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bem. O encargo total com o contrato é de um milhão, oitocentos e vinte e um mil e duzentos euros (1.821.200€). Eu posso-lhe falar dos anteriores, nós tínhamos cerca de um milhão de euros (1.000.000€), conseguimos nos anteriores chegar aos setecentos mil (700.000€), a partir do momento em que a CIMDouro fez os concursos. -----
Realçar o seguinte, que também é importante: no início, este procedimento ficou deserto. Ficou deserto porque o preço da energia subiu e o valor base com que estava era o valor da última adjudicação. E portanto, ficou deserto. Neste, o que se prevê é que fique para o Município de Torre de Moncorvo em setecentos e dezanove mil euros (719.000€). Ou seja, temos aqui uma poupança que não chega bem aos trezentos mil euros (300.000€), mas anda muito próximo desses valores. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segundo período de intervenções, alguém pretende intervir? Penso que não. Então, vamos proceder à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, ratificar o Protocolo celebrado com a CIMDouro para aquisição de energia elétrica para as instalações do Município e autorizou a assunção prévia de compromissos plurianuais, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º

197/99, de 8 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, correspondente aos encargos referentes ao ano de 2019 e que se estimam no valor total de 719.471,10€". -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados. -----

Esta, como fizemos no anterior, para ganhar escala, basicamente trata-se de ganhar escala nos transportes de passageiros. Mas, dar-vos também a conhecer o seguinte: o que se pretende aqui é só delegar as competências para poder ser a CIMDouro a emitir as licenças dos transportes de passageiros. Não se trata de delegar na CIMDouro os circuitos que os transportes de passageiros têm de fazer. Esses continuarão aqui, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. A questão aqui prende-se com a alteração, também legislativa, em que era o IMTT que emitia as licenças. A partir do momento da extinção do IMTT e da retirada desta competência, neste pacote de descentralização, que está a ser aos “bochechos”, passou a ser para a Câmara ou para as CIM's. Ora, é mais fácil dezanove Municípios – e eu aqui quero dar uma ressalva: dezanove Municípios da CIMDouro que são os que a constituem, não sei se serão os dezanove a delegar as competências. Dezassete, quase de certeza; dois têm um problema, e que são os maiores, Vila Real e Lamego, porque já têm serviços municipalizados. Está-se a discutir basicamente se vão delegar, ou não. Mas, o que é essencial aqui é não confundir a definição de linhas de transporte, mas só a delegação de competências para a emissão de licenças, que já era feito pelo IMTT. E em vez de ser o Município, que nem tem técnicos para isso, acreditados, ser a CIM a poder fazê-lo, numa escala que abranja pelo menos os dezassete Municípios, e se pudermos, os dezanove, que era a nossa intenção. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Relativamente ao ponto em análise, compreende-se esse facto, e no seguimento do contrato, ou à minuta que foi apresentada anteriormente, do facto de podermos ganhar essa escala, essa competitividade, utilizando os serviços da CIM e a parceria com os restantes Municípios, que o Presidente já referiu, que em princípio serão dezassete – sendo que o ideal seria os dezanove – mas uma vez que a responsabilidade, também em termos legais, da manutenção no referente ao transporte público de passageiros no concelho acaba por ser uma responsabilidade direta do Município, eu gostaria era que, neste caso – se tivessem essa possibilidade, evidentemente, presumo que tenham esses dados – que nos pudessem, então, esclarecer algumas questões: quais os custos para o Município, os custos que o Município tem com os transportes públicos, e neste caso com os que são atualmente fornecidos no concelho, quais os itinerários que são efetuados, a sua frequência, e se nos pudesse resumir também, a população abrangida pelos mesmos. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, quer prestar algum esclarecimento? -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, Sr. Deputado, com o ponto que está em questão, o custo para o Município é zero. Estamos a delegar uma competência, que já não a tínhamos, que era do IMTT. Estamos a falar só da entrega das licenças, porque a alteração legislativa fez o seguinte: o que nós neste momento estamos a fazer com a empresa que está a prestar serviço – e depois, o Sr. Deputado tem que fazer aqui uma ponte, e pôr num extremo os transportes escolares, e noutro extremo os transportes públicos de passageiros. O transporte público de passageiros está regulamentado pelo Governo, como é óbvio. E portanto, a partir daí, nós não temos esse custo; temos é os custos dos transportes, com os transportes escolares e carreiras especiais. Isso é uma definição da Câmara, que vai mantê-la. Vai mantê-la. Mas, a partir deste momento, não podemos negociar diretamente, como se fez até hoje, com uma empresa, porque isto vai ser um concurso à escala, não europeia, mas mundial, qualquer um pode vir concorrer. E portanto, a partir daí é que vamos saber, efetivamente, que custos é que há, quantos é que quer vir. O problema do Douro Superior e do Douro Sul é muito diferente do problema do Douro Norte, que tem diversas empresas a atuar. No Douro Sul, nós temos uma, temos só uma. Portanto, no ponto em questão, do custo, zero. Transportes públicos de passageiros, se se mantiver a Lei como até agora, não somos obrigados a pagar nada porque é uma competência do Estado. Os transportes escolares e

transportes especiais, isso, como lhe disse, virá à Câmara e à Assembleia, quando tivermos o regulamento aqui, e aqui todos juntos teremos que escolher quais são – porque esta Lei também permite outra coisa: permite o chamado transporte por chamada, que é haver um número de pessoas de uma freguesia que querem vir à quinta-feira, telefonam, a empresa tem que disponibilizar um meio de transporte, que pode ser simples, se forem cinco pessoas, podem ser sete, nove, quinze, vinte, os que forem. Há também o transporte fixo diário. Eu quero dizer-vos que não sou muito aberto a esses dois tipos de transporte; gostaria de manter aquilo que temos até agora, que era um transporte universal e o mais abrangente possível. ----- Mas, depois, ainda temos que discutir outra coisa – e aqui, eu posso-vos dar o exemplo das Terras de Trás-os-Montes porque já foi apresentado, que é fazerem um conceito de um polo dinamizador – e eles escolheram Macedo de Cavaleiros – que é para as ligações entre as diversas sedes de concelho. No fundo, é em Macedo de Cavaleiros. Qual é o problema da CIMDouro? Por exemplo, vou dar-vos um exemplo: Sernancelhe e Penedono não precisam de ter ali um interpolo, porque é nacional, quase, pelo meio dos dois, eles obrigatoriamente têm que ter aqueles serviços. Eu dou-vos este exemplo para termos o paralelismo entre as duas CIM's. -----

Portanto, nós iremos agora para outra fase, que é a fase das ligações que vão ser obrigatórias entre as diversas sedes do concelho, e depois, daí, vamos ter – e isso é uma competência que a CIM vai delinear, e depois os transportes dentro dos mesmos concelhos, e é nessa que teremos que ver os custos e os benefícios para cada uma das populações. -----

Por isso, ainda não lhe posso responder nesta altura, porque ainda não tenho, efetivamente, quais são e quais serão os trajetos que nós todos, aqui juntos, iremos optar, e aqueles que melhor beneficiarão o concelho. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segundo período de inscrições. Penso que não há. Então, vamos votar este ponto. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, deliberou **por unanimidade, autorizar a delegação de competências no âmbito do “Serviço Público de Transportes de Passageiros na CIMDouro e aprovar a respetiva minuta do Contrato Interadministrativo”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — ASSOCIAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DO AZEITE DOURO. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS), **António Eduardo Carvalho** (PS), **José Meneses** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Este é um estudo que os Municípios do Douro, juntamente com a UTAD, vão levar a cabo. Não tem custos nenhuns para os Municípios. O que é que eles querem fazer? Como existe o Azeite de Trás-os-Montes, já DOP, a ideia é fazerem um estudo regional para verem qual pode ser a implementação de um Azeite DOP Douro. É só isso, para já, que eles querem fazer, com os Municípios que queiram aderir a este Centro de Estudos. Volto a referir: não tem custos, não tem obrigação em pertencer, ou não, é simplesmente podermos obter junto de uma instituição credibilizada como é a UTAD, obviamente, um estudo para sabermos qual poderá ser a região que integre um DOP Douro nos azeites. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. António Júlio, faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, eu penso que Moncorvo já está integrado na região demarcada DOP Trás-os-Montes, e penso que é uma marca muito bem implantada e com muito prestígio, e que tem ganho muitos prémios nacionais e internacionais. Aliás, penso que até o próprio Azeite Douro, que já é hoje vendido, que está integrado na DOP Trás-os-Montes. Por isso, pessoalmente penso que será um contrassenso, e que para nós até será prejudicial. Acho que estamos bem servidos na DOP Trás-os-Montes, e que não ficaremos melhor, antes pelo contrário. É a minha opinião; se estiver enganado, corrijam-me. --

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Eduardo Carvalho. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu tinha algumas questões também relativamente a este ponto, uma delas já foi respondida pelo Sr. Presidente, é que não tem custos nenhuns para o Município. Mas outra prende-se com a representatividade que eventualmente o Município irá ter nesta associação. Sendo certo que,

como disse o Sr. Deputado António Júlio Andrade, já temos azeite, digamos assim, reconhecido, e a minha dúvida – e algo que me deixa apreensivo – é que com tantas associações que hoje por aí proliferam, possamos não ser competitivos em termos de desenvolver e dinamizar, produtos que são endógenos aqui da nossa região. A minha dúvida é um pouco essa. Aliás, no próprio art.º 3.º do documento, vêm uma série de promoções e promoções que, no seu todo, às vezes acabam por ser uma despromoção, e não a própria promoção que se pretende. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** A minha dúvida prende-se, de facto, se nós podemos fazer parte de duas regiões, ou seja, da de Trás-os-Montes e da do Douro. Se bem que como produtor de azeite que sou, interessa-me a mim, e eu acho que a todos os produtores de azeite pode interessar, até mesmo para terem essa liberdade, e até mesmo porque a possível venda do produto, ao ter a palavra “Douro”, quer queiramos, quer não, tem um impacto muito grande no mercado nacional e internacional. É somente este fator que me leva a concordar com o entrarmos para esta associação. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a esta matéria que foi aqui trazida a esta Assembleia Municipal, para integrar o Município, neste caso, em mais uma associação agrícola, no sentido da promoção, seria um Centro de Estudos para a promoção do azeite. E nós sabemos que, de facto, somos um concelho que tem dos melhores azeites do mundo, e isso tem que ser relevado, efetivamente, e há, de facto, muitas famílias do nosso concelho que dependem não só da lavoura e da produção agrícola, mas especialmente da produção do azeite. -----

Agora, relativamente a esta questão, foi aqui indicado que não iria ter custos para o Município. Pois bem, vou ler, então, neste caso, a minuta do contrato, ou do protocolo, no art.º 9.º, e consigo verificar que existe a joia de inscrição, que será definida posteriormente na Assembleia Municipal – ou seja, irá existir uma joia, não sabemos é qual será o custo. E depois, existe um custo anual, porque existe uma quota que as entidades terão que pagar para a manutenção, até porque o próprio documento – como é que podem indicar que não tem custos ????. Depois, de acordo com os objetivos, que são ??? terá, efetivamente, ??? pessoas possam integrar esta entidade, no sentido de ????. Parece-me claro que isto terá um custo para o Município. Parece-

me também claro que, de facto, ??? associações agrícolas, até bastantes, e em todas as áreas, o que por um lado é positivo, no sentido de podermos captar mais fundos para as nossas instituições, associações, para os nossos agricultores, temos também uma Cooperativa de Olivicultores no nosso concelho. Se bem me recordo, foi há cerca de catorze, quinze anos atrás, na altura até ??? por parte do Partido Social Democrata, do Sr. João Leonardo, que à data era também membro desta Cooperativa de Olivicultores do concelho, e à data foi disponibilizado ??? o Município disponibilizou dez mil contos, na altura, no sentido de incentivar a promoção de uma marca de azeite Douro, que acho que isso é que seria uma mais valia, que é para acrescentarmos ??? que é produzido no nosso concelho, para que esses agricultores pudessem assim também maximizar ???.

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Ora bem, a primeira questão é a da notoriedade da palavra “Trás-os-Montes”, que o Sr. Deputado António Júlio trouxe, em comparação com a notoriedade da palavra “Douro”. Bem, Trás-os-Montes, a nível, por exemplo, de vinho, que é o produto alimentar que mais variabilidade qualitativa, logo financeira, tem a nível de diferenciação, o Douro está pelo mundo todo, toda a gente conhece a palavra “Douro” no mundo dos vinhos; “Trás-os-Montes”, ninguém conhece. Ou seja, o que se quer aqui é que o azeite vá de atrelado ao vinho para os mercados internacionais todos – que muito bem, é verdade que o azeite de Trás-os-Montes tem ganho prémios internacionais, mas que não é suficiente, a nível de notoriedade, para chegar à palavra “Douro”. A palavra “Douro” é muito importante, e isso é um selo que vai valorizar o produto em si.

Em relação aos olivicultores e aos produtores de azeite aqui da região, eu não sei como é que será em Felgueiras e no Larinho, mas posso-lhe dizer que ali na zona do Douro, mesmo ribeirinho, a variedade mais plantada é a Negrinha de Freixo. No azeite de Trás-os-Montes, apenas pode ter dez por cento (10%) dessa variedade. Ou seja, eu não posso classificar o meu azeite como DOP Trás-os-Montes porque tenho mais que dez por cento (10%) de Negrinha de Freixo – a maior parte é Negrinha de Freixo. Por isso, não posso pertencer ao azeite DOP Trás-os-Montes. Isto aqui é uma boa saída, sim senhor, DOP Douro é uma excelente saída. ----
Continuando, a nível de associados, o art.º 6.º, Ponto 1, diz que há a categoria de associados fundadores, que é o que o Executivo pretende que a Câmara aceite, ser um associado fundador, há os ordinários, os honorários e os patronos. A nível dos fundadores, parece que a Câmara vai ser; a nível de ordinários, está aqui a área da olivicultura, agricultor pecuário e florestal, agroindústria em geral. Já me disseram por parte da Cooperativa de Olivicultores de Moncorvo que também pretendem associar-se a esta associação, como fundadores. Ou seja, o

que está aqui em causa é: quem tem azeite poderá ter a liberdade de ter uma associação que lhe dá o certificado. Eu falo por mim: não se consegue, na zona do Douro, ter o certificado DOP Trás-os-Montes devido às variedades de azeitona não serem as que predominam na zona de Trás-os-Montes. A zona de Mirandela, que neste momento é a zona de azeite mais forte, tem lucrado, e muito, com o azeite de Trás-os-Montes, os prémios todos internacionais, não é de Moncorvo, é sim de Mirandela, são produtores de Mirandela – o Magna Olea, passe a publicidade, e outros de lá que também já ganharam alguns prémios. Aqui, ainda ninguém ganhou prémios, no Mário Solinas – que é o maior festival, o maior concurso de azeites do mundo, é o Mário Solinas, aqui em Espanha, e não há um produtor de Moncorvo que tenha ganho um prémio, e sim de Mirandela. Por quê? Porque os perfis são diferentes – estamos a falar de uma terra mais fria e de uma terra mais quente. As variedades que são plantadas aqui são umas, lá são outras; os solos aqui são uns, lá são outros. Na verdade, pôr na mesma região esta diferença toda foi um erro da criação do Azeite de Trás-os-Montes, que não contemplaram que havia uma parte do Douro em Trás-os-Montes. Mais uma vez batemos no mesmo: o Douro sempre perdeu por estar dividido entre Bragança, Guarda, Vila Real, Viseu; sempre puxaram para eles, e para o que é deles, e o Douro só tem a perder em não se unificar. Ainda bem que as CIM's vieram, ainda bem que temos neste momento a palavra “Douro”, não só no vinho, mas no azeite, na política, o Douro, neste momento, cada vez mais será uma marca. E temos que apanhar esse barco. Votar contra pertencermos aos fundadores – a joia não sei qual será, é verdade, aqui não contempla o valor de joia, tem razão o membro da Assembleia, José Aires, em colocar as questões sobre a joia e as quotas, é um assunto que poderíamos discutir – por exemplo, aqui torna-se isento do pagamento de joia os associados honorários e patronos, não sei se poderíamos questionar esta associação, em que os fundadores também pudessem estar isentos de joia, era uma boa alteração para nós, acho que poderíamos questionar nesse sentido a associação. -----

Mas, de uma forma geral, eu não posso deixar de aprovar um documento que vai trazer liberdade, valorização a um produto endógeno. Claro que o meu sentido de voto é para aprovar este ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Dois esclarecimentos muito rápidos, Sr. Presidente, para dizer só o seguinte: depois desta explicação do Sr. Deputado Luís João, podia dizer que faço minhas as palavras dele. Mas, queria dizer só uma coisa: alguém sabe qual é a percentagem do território que está fora, em termos do Concelho de Torre de Moncorvo, para poder integrar o DOP Trás-os-Montes? É que é muito grande. E já não estou a falar só da variedade; estou a

falar do próprio território. E quando eu aqui disse que não tem custos, não tem custos aquilo que é proposto, que é integrarmos este estudo – este estudo. Depois, quando for proposto em Assembleia o montante da joia, isso terá que vir aqui, porque a Câmara não pode assumir. Eu estou a dizer é para integrarmos este Centro de Estudos e Promoção. Suponham que eles até só diziam assim: “Só vai até ao Pocinho, Moncorvo não entra”, está resolvido. Agora, vamos ficar fora, e vamos ficar fora de podermos contribuir – como o Sr. Deputado diz, e bem – para o empreendedorismo, para conseguirmos ligar uma marca que está em expansão, provavelmente até para novos produtores, por causa de integrarmos um Centro de Estudos, em que batemos outra vez em Trás-os-Montes, Douro, Douro, Trás-os-Montes, quando deveria ser “Trás-os-Montes e Alto Douro”? -----

A Sra. Vereadora até está mais dentro do que eu aqui, faça favor. -----

-----**A Vereadora Maria da Piedade Meneses:** Eu só gostaria de complementar aqui uma questão: além de não termos todo o concelho integrado na DOP Trás os Montes, ou seja, todo o Município coberto pela questão da Denominação de Origem Protegida, o que está em causa não é criar uma Denominação de Origem Protegida; é criar uma Identificação Geográfica Protegida “Azeite do Douro”, idêntica à que foi criada para a amêndoa coberta. As especificidades não são tão grandes; isto é, não há problema, depois, se houver sobreposição de áreas geográficas abrangidas por uma e outra, porque são fórmulas de certificação diferenciadas – a DOP é mais exigente, tem questões relacionadas com a própria localização para a produção daquele tipo de azeite; as Identificações Geográficas permitem uma maior flexibilidade, quer na elaboração, quer na finalização do produto (vamos dizer assim). E por isso, sendo menos exigente, permite contemplar áreas onde, neste momento, não há possibilidades de produzir Denominação de Origem. Porque se os Srs. Deputados repararem, o facto de terem uma DOP significa que o produto tem que ser produzido e engarrafado nessa localidade. Ao não abranger todo o território, vai dificultar a produção de azeite em alguns locais, porque não vai poder produzir DOP, não sendo o produto transformado e engarrafado nessa zona. A IG vem complementar áreas que não estão cobertas pela DOP, e que têm possibilidades de poderem valorizar uma área geográfica que, neste momento, está a ser prejudicada. -----

Aquilo que o deputado Luís João disse também é importante, relativamente às questões das variedades. É verdade que isso se impõe em determinadas zonas, e não tanto noutras – por exemplo, na nossa zona de transição para a Terra Fria, este problema da Negrinha não se põe, mas põe-se nas zonas do Douro, ou nas encostas do Douro, onde a Negrinha é muito mais representativa, que é uma variedade específica de zonas mais quentes. -----

Por isso, era só para complementar essa informação, já que mais não posso dizer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. Quem pretende inscrever-se novamente, pela segunda vez? Sr. António Júlio Andrade, Luís Dias. -----
Sr. António Júlio, faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu não estou contra o Douro, nem a favor do Douro; eu ponho questões, pura e simplesmente. Meu caro amigo Luís, desculpe que lhe diga, mas o senhor acaba de ofender muito as gentes de Trás-os-Montes e os produtores de azeite de Trás-os-Montes, porque em prémios, os prémios de mais categoria são aqueles em que os concorrentes são obrigados a tirar a amostra de uma cuba de cinquenta mil litros para cima, e aqueles produtores que tiram as amostras de cem litros, ou de duzentos litros, ou que fazem trezentos litros só para concursos, esses não têm categoria nenhuma. E nos grandes concursos em que tem aparecido a Cooperativa de Moncorvo, tem ganho primeiros prémios entre os Azeites de Trás-os-Montes, sempre que é obrigatório tirar amostras de pipas acima de cinquenta mil litros. Portanto, uma correção muito grande. -----

Segundo: a azeitona Negrinha de Freixo, se me disser assim: "Vamos promover a Negrinha de Freixo", que há muita no nosso concelho – nomeadamente é a maior produtora em Felgueiras, que é quase tudo – vamos promover isso, eu estou de acordo. Mas, a azeitona Negrinha de Freixo é para ripa, não é produtora de azeite, não dá por cento (1%) do azeite produzido no Concelho de Torre de Moncorvo, toda a gente sabe disso. E era nesse sentido que devíamos caminhar, se queremos a diferenciação. -----

Agora, eu pergunto: ganharemos alguma coisa, em termos de promoção do azeite, aderindo à DOP Douro e deixando a DOP Trás-os-Montes? Eu penso que é ao contrário. Agora, podemos escolher entre Douro e Trás-os-Montes, quer dizer, então fica ao critério do cavalheiro de Felgueiras, mesmo que tenha lá as minhas oliveiras, ser de um ou de outro? É só nesse aspeto. Eu quero ser esclarecido, e gosto de esclarecer as coisas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Evitando entrar em diálogo, só para dizer que não tenho conhecimento, mas duvido que o azeite que foi aqui da Cooperativa de Moncorvo teria a classificação DOP. Duvido. -----

Em relação a pertencer a uma DOP ou outra, a Vereadora Piedade já teve oportunidade de dizer que a Indicação Geográfica é complementar à DOP. Vou-lhe falar no caso de quando se fez, mais uma vez, o exemplo dos vinhos. Quando se fez as Denominações de Origem dos vinhos, e as IG's dos vinhos, em Trás-os-Montes havia a DOP Douro, e havia IG Valpaços, Planalto Mirandês e Chaves. Não existiam Denominações de Origem, que agora, passado

trinta anos, conseguiram chegar à Denominação de Origem Trás-os-Montes, que é recente, tem menos de dez anos. Era uma Indicação Geográfica, e era de áreas específicas, nem era de Trás-os-Montes todo, porque Trás-os-Montes só poderia produzir vinho de mesa. -----
Voltando à questão do azeite, como é que não se consegue ver que a palavra “Douro” é promotora de qualquer produto? A palavra “Douro”, só por si, vende. Se nós queremos vender azeite, ou batatas, ou feijões, ou como o deputado se lembra, até pode ser literatura do Douro, só a palavra “Douro” promove o produto em causa. -----
É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu, Srs. Deputados, não vejo qual é o problema de fazer parte do estudo. Fazer parte do estudo e estarmos com uma universidade que seja nossa parceira, com a qualidade que tem a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, acho que é uma mais valia para qualquer estudo que seja. Mas, dizer-vos só o seguinte: por exemplo, não está aqui, também por razões, e que eu gostaria que estivesse, mas o Presidente de Carviçais certamente diria: “Mas, eu nem estou nesta DOP Trás-os-Montes.” Carviçais não tem uma única parcela. E vamos negar-lhe o poder estar na do Douro? É isto que queremos em termos de solidariedade para o nosso concelho? Um estudo, estamos a falar de um estudo. Eu penso que poderemos estar aqui com vantagem. Às vezes, o estarmos no sul de um distrito ??? poderá ser uma vantagem; temos é que ser nós, depois, a retirar essas vantagens. Obviamente que está na consciência de cada um, mas não extrapolem para outra coisa que não seja o podermos fazer parte de um estudo por uma instituição das mais prestigiadas que há no país. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar à votação da adesão ao Centro de Estudos e Promoção do Azeite Douro. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, deliberou **por maioria, com 20 votos a favor e 7 abstenções** (dos deputados *Lucinda João Afonso Carpinteiro, António Manuel Martins, João Pinto Pavão, Maria de Lurdes Moutinho Reis, António Júlio Andrade, José Rodrigues Aires e Luiz Marcelino Lopes*) **aderir à “Associação Centro de Estudos e Promoção do Azeite Douro”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 5 — 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 1.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.

----- Não houve inscrições neste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----O Presidente da Câmara: Bom, Srs. Deputados, eu penso que este assunto é daqueles que não terá muita discussão, uma vez que é para incorporarmos os saldos transitados, no valor de quinze mil, setecentos e noventa euros, e sessenta e dois cêntimos (15.790,62€), para serem incorporados neste Orçamento. -----

-----O Presidente de Mesa: Não há inscrições, vamos passar à votação, então, do Ponto n.º 5. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade, aprovar a “2.ª Revisão ao Orçamento da Receita; 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2017.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Tiago** (PS), **João Pavão** (PS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS), **António Eduardo Carvalho** (PS), **José Aires** (PS) e **José Meneses** (Coligação PSD/CDS).-----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito bem, estamos aqui para prestar contas do Orçamento de 2017, e permitam-me dizer-vos algumas coisas, principalmente na evolução da dívida. Em 1 de janeiro de 2014, o Município apresentava um montante de excesso de endividamento no valor de quatro milhões, setecentos e seis mil, setecentos e quarenta e oito (4.706.748€) – excesso de endividamento. A 31 de dezembro de 2017, a margem disponível de endividamento para utilizar em investimento já se cifrava em dois milhões, cento e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e sete euros (2.144.297€). -----

Em 31 de dezembro de 2013 – e estou a falar das prestações de contas aprovadas – o Município encontrava-se em excesso de endividamento líquido em cinco milhões, cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e treze euros (5.144.413€), e a médio e longo prazo, em sete milhões, duzentos e dezoito mil, cento e três euros (7.218.103€). Em 31 de dezembro de 2017, para além de o Município cumprir – uma vez que a dívida é menor em treze vírgula cinquenta e cinco por cento (13,55%), de 2016 para 2017 – saiu do excesso de endividamento e tem disponibilidade financeira para investir. -----

Em 31 de dezembro de 2013, a ficha da Direção Geral das Autarquias Locais – não é do Município; é da Direção Geral das Autarquias Locais – referia que o Município de Torre de Moncorvo – e a vermelho, isto vem escrito a vermelho – ultrapassa o limite de endividamento líquido, ultrapassa o limite de endividamento a médio e longo prazo, está em situação de desequilíbrio financeiro, enquanto hoje, a mesma ficha da Direção Geral das Autarquias Locais diz que o Município de Torre de Moncorvo é cumpridor, deixou de estar em desequilíbrio financeiro, em excesso de endividamento, sendo certo que oitenta e quatro por cento (84%) da dívida ainda hoje se refere ao empréstimo contraído em 2011. Temo-nos esforçado, obviamente, por diminuir a dívida e por pagar a tempo e horas aos fornecedores. Se em 2013, em 31 de dezembro de 2013, como se falou aqui, tínhamos cento e trinta e sete dias, em média, para pagar aos fornecedores, hoje, em 31 de dezembro de 2017, cifra-se em trinta e quatro dias. Quero dizer-vos que esta foi das situações em que menos cumprimos, porque já tivemos em catorze dias. -----

Dizer-vos também, para aqueles que gostam de ver as contas e que gostam de as analisar, que as faturas que estão em conferência muitas vezes são devolvidas ao fornecedor, e outras estão, por isso mesmo, em conferência. Portanto, quando alguns dizem: “Já forneci e ainda não me pagaram”, outros terão que dizer que até alguns autos eram de obras que não vinham, e foram para trás. E portanto, acabou-se com isso. -----

Mas, para além disso, em comparação com 2016, 2017 foi um ano em que tivemos uma diminuição da dívida de um milhão, seiscentos e quarenta mil euros (1.640.000€), aproximadamente. -----

Em relação ao Plano Financeiro e no que concerne ao saneamento financeiro, elaborado em 2011, era qualquer coisa de impossível de concretizar. O Plano de Saneamento Financeiro era um oásis construído num subterrâneo, sem luz, sem água, sem palmeiras, com muita areia na engrenagem. Era impossível de concretizar. E não fomos nós que o dissemos; quem o disse foi quem planeou o Plano de Saneamento Financeiro. Aliás, para ser completamente de acordo com as contas que havia, o empréstimo, só por algum pudor, na altura, é que não se fez, o empréstimo que se pediu, de nove milhões e quatrocentos mil (9.400.000€) ficou abaixo, em cerca de cinco milhões (5.000.000€), do que era necessário. E portanto, ficaram também esses cinco milhões (5.000.000€) por cobrir. -----

Os fundos próprios para 2017 são de cerca de dezassete milhões e meio de euros (17.500.000€), o que reflete, em grande medida, um aumento do cash flow em cerca de três milhões e duzentos mil (3.200.000€). -----

Em termos globais, para não vos maçar, e porque eu sei que os documentos são muito densos, mas quero dizer-vos também que estes documentos, e pela primeira vez, nos dezoito anos que levo nos órgãos municipais, pela primeira vez foram entregues aos Srs. Vereadores da Oposição para serem analisados, a 28 de março, e foram votados a ??? de abril. Portanto, penso que todos os Srs. Vereadores – pelo menos deviam ter feito isso – levaram ao conhecimento dos Srs. Deputados logo que lhes foi facultado o acesso aos documentos. -----

Como vos dizia, face ao período homólogo de 2016, em termos globais, a rubrica de custos registou uma diminuição de cerca de trezentos e cinquenta mil euros (350.000€), o que corresponde a três por cento (3%), e a rubrica dos proveitos, a uma melhoria de quinhentos e sessenta mil euros (560.000€), o que reflete um aumento de cinco por cento (5%). Ou seja, diminuição dos custos em três por cento (3%), aumento em cinco por cento (5%) dos proveitos. Por isso, podemos dizer que os meios libertos, como já vos tinha dito, andam aqui na ordem dos três milhões, quinhentos e cinquenta mil euros (3.550.000€). Não é uma situação que seja brilhante, mas é a situação possível daquilo que se foi fazendo desde 2013. Não temos uma dívida a zero, não temos um passivo a zero, mas temos uma situação controlada, e temos uma situação que nos permite investir. E isso prova-se com os números das candidaturas que já foram aprovadas, com aquelas que temos já no terreno, e com aquelas que vão sendo aprovadas. -----

Eu fiz acompanhar aqui, para que não houvesse qualquer dúvida, as fichas do Município do quarto trimestre de 2013 e as de 2017, para estarem na disponibilidade de todos, e para compararem e fazerem, obviamente, a interpretação que quiserem. Se dizem que a matemática é uma ciência exata, estou certo que cada um de nós compreenderá os números da forma que melhor lhe aprouver. -----

Obrigado. -----

-----O **Presidente de Mesa**: Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos, então, dar início à discussão deste ponto, Ponto n.º 6 - Aprovação de documentos de Prestação de Contas. -----
Faça favor. -----

-----O **Deputado Fausto Tiago**: Muito bom dia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, restantes elementos da Mesa, Srs. Deputados. -----

É evidente que vou falar sobre esta questão, da conta de gerência, e um dos grandes cavalos de batalha do Sr. Presidente durante estes quatro anos foi a dívida da Câmara. Toda a gente sabe que havia uma dívida, e havia uma dívida grande, estava provavelmente já a exceder os limites do razoável. Mas, temos que ver a contrapartida dessa dívida, porque neste Município, o Sr. Presidente não pode dizer assim: "Houve aqui um "elefante branco" que, de facto, nos absorveu os recursos do Município", para vaidades pessoais, como por exemplo, houve em alguns concelhos vizinhos, e o senhor já citou hoje um deles, em que a pousada foi, de facto, um "elefante branco", como aconteceu, e o senhor sabe perfeitamente. Aqui no Concelho de Moncorvo, o senhor não encontrou "elefantes brancos"; encontrou obra feita: o senhor encontrou piscinas cobertas e descobertas, o senhor encontrou estradas municipais asfaltadas com tapete – quando os nossos vizinhos ainda circulavam praticamente em terra batida ou em empedrado, nós já circulávamos em tapete. Nós vínhamos no IP2 e quando entrávamos na estrada Peredo – Pocinho, dizíamos assim: "Já estamos numa autoestrada". Por quê? Se fechássemos os olhos, víamos que a trepidação do carro era completamente diferente, estávamos num tapete. Mas não só o Peredo – Pocinho, o Sr. Presidente sabe muito bem, conhece o concelho, e sabe muito bem que praticamente todas as estradas municipais estavam pavimentadas a tapete. O Sr. Presidente encontrou abastecimento de água em todas as freguesias, saneamento em todas as freguesias, pavimentações praticamente completas em todas as freguesias, encontrou estruturas e infraestruturas na educação, encontrou uma série de obras que, de facto, absorveram muito dinheiro, porque, de facto, ninguém pode acusar os Executivos do Partido Socialista – é evidente que cometeram outros erros, e se calhar o maior erro foi o querer continuar permanentemente no poder; esse, para mim, foi o maior erro que os Executivos do Partido Socialista cometeram, porque ao nível dos investimentos, ao nível do concelho, ninguém pode acusar os Executivos do Partido Socialista de terem, em algum momento, tirado proveitos próprios. Aliás, nós sabemos bem qual foi o fim do Sr. Presidente da Câmara, do anterior Presidente da Câmara, que entrou pobre para a Câmara, mas saiu de cá ainda mais pobre do que aquilo que entrou. Ninguém o pode acusar e dizer assim: "Houve aqui, de facto, desvios de dinheiro que eram públicos para fins privados, para proveito próprio." Não houve, e essa justiça o Sr. Presidente tem que reconhecer. O Sr. Presidente diz, e diz muito bem, que encontrou uma dívida grande. O Sr. Presidente conseguiu fazer uma gestão

dessa dívida, durante estes quatro anos conseguiu trazer o Município para patamares razoáveis, mas o Sr. Presidente da Câmara não pode esquecer que deve isso ao facto de que, durante estes quatro anos, praticamente limitou-se a fazer uma gestão corrente daquilo que existia, não teve grandes investimentos – não os podia fazer, não é? Mas, também não havia grandes necessidades. O Sr. Presidente tem que reconhecer isso, como nós reconhecemos que fez uma gestão cuidadosa, nestes quatro anos trouxe o Município para patamares aceitáveis de endividamento. Mas, não pode de maneira nenhuma estar a fazer um cavalo de batalha da dívida. Quando fala da dívida, tem que falar da obra feita. Acho que era o mínimo que se podia exigir, e o senhor terá honestidade intelectual para reconhecer isso, que, de facto, encontrou muita obra feita neste concelho. Porque quando o ouço falar, quando o ouvi falar da dívida, por exemplo, este ano, na campanha eleitoral, no Peredo, o senhor falou da dívida como se isto tivesse sido aqui uma baderna. Quer dizer, os Executivos do Partido Socialista estiveram aqui e fizeram aqui desmandos a esse nível. Não fizeram, e o senhor sabe que não fizeram, e tem que o reconhecer. E se o reconhecer, nós reconhecemos-lhe mérito por isso, como reconhecemos o mérito de ter feito uma gestão rigorosa ao nível do saneamento financeiro da Câmara. O senhor pode-se gabar, sim senhor, e nós aceitamos isso, e reconhecemos isso, mas não pode é esquecer tudo aquilo que levou a essa dívida que o senhor veio encontrar na Câmara. Já lhe disse, o senhor não encontrou aqui “elefantes brancos”, não pode acusar os Executivos anteriores – é evidente que fizeram investimentos, alguns errados; ninguém é Deus, todos nós estamos sujeitos ao erro, provavelmente cometeram muitos erros. Agora, o que nós não podemos acusar é que, de facto, houve aqui desperdícios propositados, ou aproveitamentos pessoais de dinheiros públicos. Esse é o mérito que o senhor tem que reconhecer aos Executivos anteriores, e não lhe fica mal; fica-lhe muito bem se o fizer. -----

Relativamente a esta questão das contas de gerência do ano transato, 2017: Sr. Presidente, eu estive a ver a ata da reunião correspondente ao ano anterior, da aprovação de contas, e vi uma declaração de voto de uma pessoa, que não é uma pessoa qualquer, é um elemento do PSD aqui na Assembleia Municipal, e eu vi lá coisas de que não gostei. E vou só fazer uma pergunta ao Sr. Presidente sobre isso: eu não acuso de nada, nem faço minhas as palavras da declaração de voto, mas pergunto ao Sr. Presidente, relativamente aos ajustes diretos de 2016 e 2017, queria só saber se aumentaram, se diminuíram, se verificou os procedimentos, ou não, porque há lá uma acusação grave a esse respeito. Eu não faço essa acusação; eu pergunto ao Sr. Presidente se houve alguma alteração a esses procedimentos, ou não. E isso entroncará depois também na questão da transparência, porque a questão da transparência, que saiu há poucos dias a classificação dos vários Municípios do país, e Moncorvo está muito mal classificado, Sr. Presidente. O senhor é capaz de dizer assim: “Mas, essa classificação não nos

interessa”, isso é uma mensagem que não convém valorizar muito, mas o Sr. Presidente deve-se focar nela, porque tem interesse. Na questão da transparência, o Sr. Presidente, no mandato anterior, acusava muitas vezes os Executivos Socialistas de serem pouco transparentes, e o Sr. Presidente tem agora um instrumento à sua disposição, com que pode, de facto, acabar com essas insinuações. A transparência é fundamental na atividade municipal. E o Sr. Presidente, como um homem democrata – e eu acho que é democrata – deve zelar e deve fazer tudo para que a transparência seja, de facto, um desígnio deste Executivo. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Pavão. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Reforçar também as palavras do colega de Bancada, o Sr. Deputado Fausto, pela exposição riquíssima e por honrar a obra que o Partido Socialista executou no Concelho de Torre de Moncorvo. -----

Relativamente ao documento de Prestação de Contas do ano de 2017, referimos também, e saudamos pela gestão correta da dívida, porque o que é positivo tem que se sublinhar, e também quais são as vantagens que vocês tiveram nos últimos anos, e é o que vamos sublinhar. -----

O Orçamento foi previsto em cerca de dezanove milhões de euros (19.000.000€), mais ou menos; a execução foi de dezoito milhões de euros (18.000.000€), e tivemos aqui um empréstimo para substituição de dívida em cerca de seis milhões de euros (6.000.000€), que se refletiu, quer na receita, quer na despesa. Sem essa substituição, a execução seria aquela que está ali exposta no gráfico, que rondaria os doze milhões de euros (12.000.000€), que é a média dos últimos quatro anos. -----

Depois, refere-se também ao nível dos impostos diretos e indiretos, que o Município cobra direta e indiretamente, quer aos munícipes, quer às empresas de Moncorvo. De 2013 para 2017, há um claro aumento de cento e sessenta e quatro mil euros (164.000€) – cento e sessenta e quatro mil euros (164.000€), na soma dos impostos diretos e indiretos. E isto, está aqui incluído o imposto, tendo como exemplo a Derrama, que penaliza, quer as empresas locais, quer a atração de investimento para o Concelho de Moncorvo – e aqui podemos falar de Alfândega, que atraiu investimento e isentou os investidores de qualquer imposto. -----

Depois, referir também o aumento das transferências correntes. Em 2013, falávamos quase de seis milhões (6.000.000€) – cerca de cinco vírgula nove (5.900.000€) – e em 2017, para sete milhões (7.000.000€), e portanto, uma maior subvenção por parte do Estado. E recordem-se os deputados que falámos aqui, na discussão do Orçamento para 2018, que também não conta

para o limite de endividamento legal a despesa feita para a manutenção dos incêndios e as despesas que foram feitas ao nível dos incêndios, também não contam para o limite de endividamento legal. E isto, o que é que permite? Permite também uma maior flexibilização orçamental por parte do Executivo. -----

Era esta a minha primeira intervenção. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

No anterior mandato, faz mais ou menos agora um ano, é verdade que foi proposto pelo Presidente da Assembleia daquele mandato a implementação do sistema de contabilidade de custos. Convido todos a verem o documento que o ROC enviou, Bases para opinião com reserva, no Ponto 3, diz mesmo "sistema de contabilidade de custos ainda não está implementado, mas está em implementação esse processo." Por isso, não é um processo que de um dia para o outro se possa fazer; acreditamos que este Executivo, antes de terminar o mandato, chegará a isso. -----

Continuo ainda a fazer alguns apontamentos às palavras do deputado Fausto, em relação a investimentos, na requalificação e tratamento de águas residuais, acho que houve um investimento enorme, e é dentro do papel do Município. Ou seja, o principal papel do Município é isto, são estas infraestruturas base para as pessoas poderem viver cá. Dou ainda o exemplo que foi chamado à atenção pelo membro da Assembleia Eduardo, apostar numa nova rede de água, ou seja, tudo o que foi feito há trinta anos tem que ser requalificado. As ideias são diferentes, é tudo diferente, e o próprio material se degradou. Por isso, essas obras têm de ser feitas novamente.-----

Em relação ainda aos fundos públicos e haver aproveitamento pessoal, dar louvor por alguém não roubar, a mim só me faz rir. Damos louvor por alguém não roubar? Premiamos porque o senhor não roubou. Muito bem, o senhor não roubou, vamos premiá-lo por isso. Isso só me dá vontade de rir. -----

Continuando com a parte da transparência, nos anteriores Executivos nunca foi implementada uma auditoria externa por parte de um ROC. Querem mais transparência do que isso? Mais uma vez, uma entidade externa, que por acaso é paga – externa, mas salvaguardo algum conflito de interesses, mas é uma instituição externa que faz uma auditoria. Por isso, as contas são auditadas por um ROC, alguém que tem uma carteira profissional, que a pode perder se não disser a verdade. Na altura, não havia nada disto; nunca houve um ROC a certificar as contas do Município. -----

É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Eduardo Carvalho. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

A minha intervenção, de certa forma, o Sr. Presidente da Câmara já referiu tem a ver, de facto, com a questão, e também a sua preocupação, pelo que deu a entender, sobre as entidades societárias participadas, nomeadamente Gesturdouro porque, pelos vistos, não se compreende em que situação é que estão, a situação em que a Câmara está perante esta sociedade. E convinha, de facto, que de uma vez por todas esclarecesse esta situação, uma vez que temos participação maioritária, tem custos, suponho eu, acrescidos para o Município. E portanto, a minha questão era somente saber em que situação se encontra a Câmara perante este órgão, que é a gestão da Gesturdouro. -----

Era só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a este ponto e a esta questão que é aqui trazida, é de extrema importância para o Município, e de facto, anexa a esta declaração também existe uma declaração de voto por parte, neste caso, dos Vereadores da Oposição, como do Executivo Municipal. Relativamente a esta questão, e sendo uma questão complexa, não sendo, de facto, a minha área de especialidade, mas tentando perceber exatamente o que está expresso neste relatório que é aqui anexo por parte dessa entidade que fiscaliza as contas, existe uma questão que eu gostaria de ver esclarecida, que diz respeito ao sistema de contabilidade de custos. Relativamente ao sistema de contabilidade de custos, segundo o Ponto 2.8.3 do POCAL, a sua implementação é obrigatória. Neste caso, já passaram quatro anos e meio desde que este Executivo está à frente do Município, e é uma reserva que é levantada aqui pelo próprio fiscalizador, sendo que até ao momento não foi implementado, está em fase de implementação, já estaria no relatório anterior em fase de implementação, e irá, pelo menos até este momento, continuar em implementação. Saber se existe uma previsão para a implementação deste mecanismo que é importante para saber, por exemplo, os ajustes diretos, ou para onde são canalizadas, neste caso, as verbas que o Município aplica. -----

Depois, também diz que foi, de facto, um mandato de contenção orçamental, ou tem sido, neste caso, relativamente à herança que foi deixada pelo Partido Socialista, e não é surpresa para ninguém que existe um Plano de Saneamento Financeiro, esse plano resultou do empréstimo que foi feito pelo Executivo Socialista, porque esse Executivo Socialista fazia investimento. E vamos analisar os níveis de investimento, os capitais de investimento que

foram aplicados anteriormente e os que são aplicados agora, porque se hoje existe uma série de atividades culturais, desportivas e outras que são levadas a cabo por este Executivo, e bem, referindo-se, por exemplo, a Feira Medieval, que acho que é uma questão que nos orgulha a todos, essa atividade também só é possível porque existe uma zona histórica que foi requalificada, e existem, como já referiu o deputado Fausto, e bem, um conjunto de saneamentos, de vias de comunicação que foram desenvolvidas pelo anterior Executivo. Nós temos cinco barragens de abastecimento de água neste concelho – poucos concelhos, se calhar, se poderão orgulhar de ter esse nível, que tenham água, e de qualidade, nas suas torneiras, porque a qualidade, pelas análises a que tive acesso, de facto, mantém-se. Agora, isso advém, quer dizer, de se ter feito investimento nas Festas, nas atividades culturais, e nesse sentido, isso também é permitido porque também encontrou, quando chegou este Executivo ao Município, um conjunto de infraestruturas que, de facto, geraram investimento, e neste caso, esses investimentos geraram também dívida. Mas, para se colher, também é preciso plantar, e neste caso, foi isso que esse Executivo fez, e bem. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Sr. Deputado, eu não sei se o anterior Presidente da Câmara saiu mais pobre do que entrou, e se saiu, deve-se à sua própria gestão. O que é certo é que deixou um Município completamente endividado, quer de crédito bancário, quer no passivo, e deixou-nos, realmente, numa situação bastante constrangedora. Agora, reconheço, e toda a gente reconhece, que foram efetuadas, em vinte e oito anos – e mal era se não o fizessem – obras, quer funcionais, quer de lazer, claro que temos que reconhecer isso e dar o devido mérito. E eu também não sei a que tipo de “elefantes brancos” é que se estaria a referir, porque fazer um estádio, por exemplo, o Estádio José Aires, ou as piscinas cobertas, eu não reconheço que sejam “elefantes brancos”, eu gosto de os utilizar; agora, qual é o custo da manutenção, que isso reverte todos os anos para saldo negativo do Município. Isso é que tem que ser levado em consideração. -----

E relativamente à cobrança de impostos diretos e indiretos, eu acho que o Município também aqui anda a aprender com o atual Governo do PS, e até aqui devíamos ser todos Centeno. Relativamente à transparência municipal, lá voltamos nós a falar nos concelhos vizinhos. Que eu saiba, a entidade, ou a empresa que faz este estudo não é reconhecida pela Associação Nacional de Municípios – eu tenho quase a certeza disso. Em todo o caso, é falado de que os Municípios, através de um ajuste direto, ou uma prestação de serviços, que efetuem o pagamento a rondar os dez mil euros (10.000€) pelos serviços, se calhar ficam posicionados nos trinta primeiros. Não sei se o Sr. Presidente da Câmara está disposto a dar esses dez mil

euros (10.000€) para ficar nos trinta primeiros, até porque algumas questões que são levantadas, ou que são colocadas nas duzentas questões do questionário desta empresa, prende-se com o simples facto de o Sr. Presidente ter lá fotografia no site. E isso, não considero que seja transparente, ou mais, ou menos transparência. Mas, sei que o concelho vizinho de que falou, Alfândega da Fé, tem um grau de endividamento entre duzentos e vinte e cinco por cento (225%) a trezentos por cento (300%). Isto é que é importante. Agora, se é transparente, ou não, se tem a fotografia do Presidente da Câmara, se não tem, não concordo, nem é por aí que vou dar relevância à transparência municipal dada por essa empresa. -----
Em todo o caso, a Bancada da Coligação quer, de facto, congratular todo o Executivo e todos os funcionários do Município pela gestão que têm praticado ao longo destes quatro anos, e, de facto, também dar a nossa opinião, que não é só reduzir dívida, temos que pensar e repensar o investimento. E para isso estão os sete milhões (7.000.000€) aprovados em candidaturas, que esperemos que sejam úteis e que Moncorvo continue a crescer.-----
É tudo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, a um segundo período. Portanto, João Pavão, faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Bem, ??? os deputados da Bancada do PSD e CDS, importa também neste documento de Prestação de Contas, para além da análise financeira, fazer uma análise política. E esta análise política de 2017 fecha o primeiro quadriénio, entre 2013 e 2017. Nesse compromisso eleitoral do PSD e CDS, vocês propunham investimento. Propunha-se a requalificação de zonas urbanas e industriais de Moncorvo, não cumprida; prometeu-se a atração de investimento para o concelho, parque eólico e as minas, não foram cumpridas – apesar aqui de um parêntesis no parque eólico, que temos as contrapartidas. O fluvial, ou a marina, ou a fluvina no Baixo Sabor, não cumprida; a instalação de energia solar nos edifícios da Câmara, não cumprido; complexo de tiro, parque desportivo ou polidesportivo na Junqueira e no Carvalhal, não cumprido. Havia também aqui um estudo para um polo industrial, que eu até concordo, na Junqueira, não cumprido. Construção de parque de campismo, não cumprido. E relativamente à questão da transparência: na questão da transparência, o índice só mede a disponibilização de informação no site, e o que permite ver em Alfândega, a transparência dá para ver como é que está a situação financeira. Não tem nada a ver se é uma gestão equilibrada, ou não; a transparência mede a informação no site. Por exemplo, se nós queremos ir ao site do Município e ver todos os protocolos que a Câmara tem celebrado com as associações e com todas as entidades, não está lá um sequer. E não está a Prestação de Contas dessas associações, que o próprio regulamento da atribuição desses fundos diz. E isto

é que mede a transparência, não é só a fotografia do Sr. Presidente. E invertendo o índice, temos Alfândega com um nível de opacidade zero, e nós estamos muito acima da média. Veja que no índice nós estamos no lugar duzentos e cinquenta e dois, no total de trezentos e oito Municípios. Mas, se para o ano estivermos em primeiro, cá estaremos a felicitar, porque isso significa que toda a informação estará disponível no site. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Ora bem, requalificação de zonas urbanas: eu assisti aqui em Moncorvo, quer eu goste, quer não – faria diferente, se calhar – a uma requalificação dos passeios, e não só, de iluminação pública também houve requalificação. Por isso, primeiro ponto, sim, houve. Investimento de escala, tudo depende se é uma grande escala, ou uma pequena escala, mas a escala para o concelho. Minas e parque eólico, não cumprido: são entidades externas, não tem a ver com o Executivo. Instalação de parceria com a EDP e o fluviário e Centro de Pesquisa Ribeirinho na Foz do Sabor: ora bem, só a APDL é que pode fazer aquela obra e concessionar a alguém. Instalação de energia solar nos edifícios da Câmara: se formos ver a informação, estão a haver obras de melhorar a eficiência energética na Biblioteca. Não se pode fazer tudo; até agora, como estávamos em endividamento, que não cumpríamos com a Lei do Endividamento Público, não nos podíamos candidatar a fundos. Agora sim, e a partir de agora será outro ponto, ao sairmos do saneamento financeiro, a partir de agora sim, temos que obrigar o Executivo a cumprir com o programa eleitoral que teve. -----
É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Eu continuo a referir o seguinte: a empresa em causa não é reconhecida pela Associação Nacional de Municípios, não vale a pena. Tem que colocar essa questão à Presidente da Câmara de Alfândega da Fé, se paga ou não para ficar em primeiro.--- Porque depois, se reparar, e se ler, dívida das autarquias baixou em quase todos os Municípios, exceto vinte e sete. E lá aparece Alfândega da Fé e Freixo de Espada à Cinta, por exemplo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a esta matéria, é sempre uma matéria sensível, que tem a ver, efetivamente, com o Orçamento da Autarquia e Prestação de Contas. Agora, de facto, é isso que estamos aqui a verificar, ou seja, também existiu um conjunto de promessas não cumpridas. Não são só estas promessas que estão aqui, o plano é mais extenso, houve umas que foram executadas, outras menos, umas foram alteradas – nós próprios, quando estávamos no Executivo, tínhamos essa preocupação, de fazer um programa, e ao fim de quatro anos, levar às populações; não sei, Sr. Presidente, se na vossa campanha fizeram o mesmo nas últimas eleições. Agora, existiam programas que eram alterados, e isso não quer dizer que não se cumprisse com a totalidade do investimento que estava previsto. As condições são difíceis, mas desconheceria o Presidente da Câmara Municipal essas condições? Não fez ele parte da Vereação na Oposição antes de 2013? Não sabia que a Câmara estava intervencionada? Quando executou o plano deste Partido, não tinha representantes nesta Assembleia Municipal e não tinha essa informação? Não podemos também aqui escamotear tudo e pôr as culpas todas no Executivo anterior. Tínhamos uma dívida, mas ninguém sabia? Não, nós tínhamos feito um empréstimo, o Executivo anterior fez um empréstimo, e esse empréstimo veio aqui a esta casa. Agora, ninguém sabia, e então fez-se um plano e não se cumpriu porque existia uma dívida; então, quando se fez o plano, não se fez bem feito; quando se fez um compromisso eleitoral, não estava adequado aos investimentos, nem à capacidade financeira do Município. É o que parece. -----

É só isso. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, muito obrigado, Srs. Deputados. -----

Sr. Deputado Fausto, deixe-me dizer-lhe uma coisa que acho que vai ao encontro do que disse o Sr. Deputado: os grandes obreiros do municipalismo foram os Presidentes de Câmara eleitos em 1976. Este é aquele compromisso e o dever de honra que todos devemos ter, é dar a essas mulheres e a esses homens os louvores que tiveram: primeiro, por ser uma novidade no tempo democrático novo que tínhamos – esse era o primeiro; segundo, por termos más infraestruturas; e terceiro, porque tiveram a coragem e a tenacidade de deitarem mãos à obra e fazerem o que era necessário por este Portugal inteiro. Por isso mesmo, aquando dos quarenta anos, fiz questão de homenagear todas e todos os eleitos locais, reconhecendo-lhes que se antes tínhamos lama e erva nas ruas, e tínhamos pessoas, hoje temos cubos, ruas limpas, infraestruturas, e não temos pessoas. Esta é, sem dúvida, a grande motivação que nos deve levar a todos a votar. -----

Sr. Deputado José Aires, gostei muito da sua intervenção, fico-lhe grato pela sua intervenção. Pena que por desconhecimento, desleixo, ou por não ter querido ir mais longe, não tivesse sido tão íntegro como eu gostava nas suas afirmações. Quando quer saber da contabilidade de custos, enganou-se só em dez anos: não é desde 2013 que é obrigatório, é desde 2003. 2003. Alguém com responsabilidades ainda esteve aqui dez anos e não implementou. Por quê? Desde 2003. É que é bom ficarmos com estas datas, 2003. Mas, numa que até lhe diz respeito, não diretamente, tenho a dizer-lhe que o património foi todo feito, o imobilizado e obras em curso, desde 2002 até ao ano passado. Sabe por quê? Porque as obras participadas ainda estavam, não como imobilizado, mas como no ativo da Câmara. 2002, e isso merece vergonha. Nunca eu disse – aliás, se fosse como alguns dos vossos ídolos que ganharam ultimamente as Câmaras, e que meteram auditorias externas, e meteram tudo em tribunal, contra os anteriores Presidentes, nunca a mim me ouviram dizer que quem esteve aqui não fez o melhor que pôde. Teria feito de forma diferente, mas nunca ninguém me ouviu dizer que enriqueceram à custa da Câmara. Pelo contrário – e isto que fique em ata, porque já não é a primeira vez que o digo: se estiveram aqui, deram os melhores anos da vida deles para estarem aqui a gerir o concelho. E eu assumi as dívidas porque foi para isso que fui eleito. Mas, deixe-me também dizer-lhe uma coisa: que em 2005, quando fui candidato pela primeira vez, havia uma tarja aqui no castelo que dizia: “Dívida: dezasseis milhões de euros”. Depois, o PS pôs outra ao lado a dizer: “Dívida de nove milhões”. Encontrámos vinte e três milhões (23.000.000€). É que o saneamento financeiro foi para não dar provas daquilo que efetivamente se devia. E isso, todos devemos assumi-lo. Não estou a dizer que foi por má gestão, não estou a dizer que foi com intuídos de aproveitamento pessoal; estou a dizer é que eu não faria dessa forma e não haveria que esconder nada. E por isso, temos um Revisor Oficial de Contas com acesso, sem nós sabermos, a toda a parte da contabilidade. Mas, fiquem com estas duas datas: 2002, foi preciso fazer o património desde 2002 até ao ano passado para vos apresentar em Prestação de Contas, e desde 2003 que era obrigatória a contabilidade de custos. -----

Sr. Deputado Fausto, obviamente que eu não comento comentadores. Aliás, o Montaigne tinha uma frase que era célebre, que dizia: “Qualquer um pode dizer tolices; dizê-las solenemente é que não lhe fica bem.” E portanto, eu, contra isso, não me vou referir sobre quem pronunciou esse tipo de afirmações, nem contra aqueles que andaram a tirar fotocópias A3 para pôr nas montras dos estabelecimentos comerciais. Fizeram bem, para mim foi uma grande ajuda. Muito obrigado. Não estou a dizer que foi o senhor, atenção; alguém foi. Alguém foi. Mas, eu estou a dizer-lhe que às vezes é preciso recuarmos um bocadinho, que é para depois percebermos as coisas. -----

E por falar nisso, talvez vocês saibam, diz assim, uma coisa: “Mas como, com certeza, os senhores não informaram devidamente, até porque não o percebem, tenho muito gosto em

elucidar, desde os três milhões de euros (3.000.000€) em cortes orçamentais neste mandato, passando pelos mais de quatro milhões e meio de euros (4.500.000€) que o Município devia ter recebido neste mandato pelo Parque Eólico, fracassado por motivos pouco claros, até à subida do IVA da energia para vinte e três por cento (23%)." Entrevista ao Mensageiro do Nordeste, de outubro, do Eng.º Aires Ferreira. Mas, para que não fiquem só com esta, 12 de setembro, entrevista do Eng.º Aires Ferreira ao Jornal das Autarquias. Pergunta: "Sr. Presidente, é Presidente desde quando?" "1986". "Como considera que está a situação financeira do seu Município?" "Deplorável." Se quiserem ver, 12 de setembro, Jornal das Autarquias. "Deplorável". A primeira ata de Assembleia Municipal após termos tomado posse em 2013, Eng.º Aires Ferreira: "Como já disse pessoalmente ao Presidente da Câmara, quero agradecer-lhe, e que fique em ata, ter conseguido pagar o empréstimo a curto prazo, porque eu não acreditava que fosse possível." Vão ver isso. E depois, poderia dizer-lhe mais algumas coisas, nomeadamente água e saneamento: venham comigo um dia, convido-vos a ver como é que está a SAR da Lousa, em que o reservatório está a mais de quinhentos metros da zona onde sai o escoamento dos resíduos, e pago com dinheiros comunitários. Fizeram alguma coisa? Está lá. E os noventa por cento (90%) era assim. Vão ver comigo a Macieirinha, para ver como é que mais de uma centena de pessoas tinham os resíduos. Vão ver comigo também, que está agora em fase de acabamento, como é que a Freguesia do Larinho lidava com os resíduos e com as águas residuais. Continua porque não somos magos com o tempo, mas irá estar, e já está contratualizado, e estamos a pagar. Vão ver isso. -----

Associações, 19 de março, vocês até disseram que era para fazer festa com as associações; mas é público, todos os valores e todos os contratos que são assinados. Os senhores, como deputados municipais, são os primeiros a ter acesso a estar aqui, e devem estar. Provavelmente têm outras coisas mais importantes para fazer, mas se conseguirem, venham cá, estão todos assinados, à frente de toda a gente, venham ver isso. Não é como antigamente, que não se sabia; hoje sabe-se, estão lá. Já ouvi mais do que uma vez dizerem que não se cumpriam os regulamentos. Pois bem, eu digo aqui à frente de todos que as únicas associações que não cumpriram foram duas, certamente por lapso, que não mandaram a Prestação de Contas – foi a Associação do Santo Cristo e foi a Banda do Felgar. Mas, a Banda do Felgar, tal como a de Carviçais, faz um espetáculo gratuito (que não fazia), no 19 de março, como contrapartida pelo dinheiro que recebem para a escola – deixou de ser para a banda e é para a escola, para a aprendizagem. -----

E eu poderia ir por aqui: então, não acham que estas quinze obras, ou dezasseis, dos SAR's e das ETAR's, é porque são necessárias? Que são obras que não se veem, e que o anterior Executivo também fez, mas que são necessárias para as populações. Agora, eu não posso ter na propaganda a dizer assim: "Vamos construir um parque de campismo", porque já

comprámos um terreno que vai desde as Cabanas de Baixo até ao rio, e depois temos lá setenta e cinco mil metros, e ainda houve necessidade de retirar algumas parcelas para privados construírem. Não podemos. Não podemos, bem ou mal, ter piscinas descobertas ou cobertas em que foram gastos milhares de euros para termos aquecimento solar, e nunca funcionaram. E se bem se recordam, quando nós entrámos, as piscinas até estavam fechadas, porque não conseguiam pôr aquilo a funcionar, e punham lá o tanque de aprendizagem, o resto estava tudo fechado. Não podíamos ter piscinas descobertas com aproveitamento de rega para privados, por má construção, em que o privado até podia ficar aborrecido porque levava a água com cloro, ou poderia ficar beneficiado, porque no verão conseguia ter água, que era escoada para ali. Com que custos é que isto foi e por quê? Alguns de vós saberão, estou certo disso. Aliás, foi essa a primeira discussão que tivemos na primeira Assembleia, por causa das mudanças. -----

Não podemos fazer projetos em que só começamos a negociar com os proprietários depois de o projeto estar feito e já aprovado, e tem que ser mesmo ali. E quanto é que isto encarece? Uns largos milhares, de certeza absoluta. Eu percebi que o Sr. Deputado João Pavão saltou ali o cais, saltou e saltou muito bem, porque lhe reconheço aí coerência política e honestidade, porque quem fez o mapa, espero que não tenha sido o Sr. Deputado – tenho a certeza que não foi, porque se fosse, não poria lá, e isso, reconheço-lhe essa honestidade, porque o Sr. Deputado sabe tão bem como eu, porque estive aqui quando eu lhe trouxe o documento da aprovação do cais para Torre de Moncorvo. Todos os outros, como lhe disse, acabei de ler uma entrevista do Presidente Aires Ferreira, que ele próprio não sabia por que é que tinha sido chumbado as eólicas. Não é só do Município; o que nós nos comprometemos é fazer tudo para que esse investimento viesse para cá, tal como as minas. Se em 31 de maio houver o passo positivo, teremos que marcar uma Assembleia Extraordinária para o Sr. Deputado mudar aquilo. Pelo menos isso, não estou a ver de outra forma. -----

Agora, o fluviário, era uma das contrapartidas da EDP. E sabe que não está fluviário, mas deram-lhe o nome de “berçário”, e está a funcionar? Já foi visitá-lo? É que as perguntas, quer as que me fizeram na Câmara, numa declaração de voto, quer agora, o que demonstra é um total desconhecimento do concelho, que teve que ter o resultado que teve, porque não conhecem. Conhecem o berçário? Foi o nome que lhe deram, mas está lá. -----

Portanto, o que eu vos quero dizer é que o parque de campismo, entendo que é necessário, temos como parceiro o Turismo do Porto e Norte, na área que temos, que não é a mesma que estava prevista, porque os terrenos não são nossos. Portanto, estamos a trabalhar nisso. Na reestruturação de todas as SAR's e ETAR's, estamos a fazê-la para todo o concelho – vamos acabar com as fossas, é essencial. A regeneração urbana, para quem diz que não houve regeneração urbana e não a viu, é, mais uma vez, ou desconhecimento, ou então uma atitude

de má fé. Então, quando dão exemplos de transparência esquecem-se que só dois Municípios é que tiveram acelerador de investimento, que foi Penedono e Torre de Moncorvo, pelas obras que fizeram na regeneração urbana? Não têm passado no Santo Cristo? Penso que têm passado. Não têm passado no Complexo Desportivo que tem hoje passeios a toda a volta? Não têm passado no centro histórico de Moncorvo, onde os passeios, os que não havia e os que estavam em mau estado, foram requalificados? Presumo que todos sabem onde é que é a Rua do Concelho, presumo, pelo menos. Não viram nada diferente na Rua do Concelho, que estava votada ao abandono anos e anos consecutivos? Não viram o projeto que se fez de regeneração para as próprias freguesias? E na mesma entrevista, do Jornal das Autarquias, diz o então Presidente da Câmara: "Com as autarquias fazemos calcetamento." Hoje, vamos mais além: ajudamos na reconfiguração de determinadas ruas que são necessárias, ajudamos na valorização – infelizmente – dos cemitérios que têm necessidade de ser alargados. Tudo isto é feito. Mas agora, quando nós chegamos ao ponto – aconselho-vos a ver uma coisa muito simples, para aqueles que gostam das informáticas, vão ver as Smart Cities. É que nós gostamos de elogiar os outros, e eu, Sr. Deputado, como Líder Parlamentar, gostava que o tivesse feito, e estive até ao fim para não dizer nada. Vá ver, nas Smart Cities, o case study que está lá sobre a eficiência energética, e aparece Torre de Moncorvo. Não aparece Bragança, não aparece Vila Real; aparece Torre de Moncorvo. E não é só aqui na praça; onde iniciámos foi no Santo Cristo. Foi no Santo Cristo, a Avenida já foi a segunda. Um caso que está lá, que demonstra que Moncorvo está na vanguarda. Portanto, não é tudo mau. Nem tudo o que está ali é verdade, como lhe pude já demonstrar. É preciso é vê-lo com atenção. ----- E para quem diz que nós – nós não, porque eu não quero que os meus colegas de Vereação tenham o mesmo epíteto, já que os reis, só tinha cada um o seu, já que sou eu o "festeiro", não posso fazer festas para tudo e mais alguma coisa para fazer o que quisermos. Mas, mais, regeneração e recuperação: nesse Jornal das Autarquias, grande projeto por concretizar, o Centro Cultural do Arq.º Souto de Moura. Ainda tivemos que pagar as faturas; mas está recuperado ou não está recuperado o jardim que fica entre a Rua D. Dinis e a Rua Padre Rebelo? Sim senhor, recuperação urbana não é regeneração? O próprio Montesinho não tem um projeto aprovado para se iniciar? É que isto não vem tudo do passado, porque se temos uma construção de um pavilhão e agora temos um jardim, é o mesmo que dizer que a Maria se chama Madalena, ou juntamos as duas empreitadas, chora na cruz até ver alguma salvação. -- Portanto, Sr. Deputado, eu estou perfeitamente à vontade com isto, e no meu discurso de tomada de posse disse: "Este ano terá que ser um ano obrigatoriamente de investimento." E está a ser esse ano de investimento, com todos estes projetos aprovados, e muitos em fase de finalização, sendo que aquele que mais gozo me dará será quando conseguirmos ter o Souto da Velha, passando pelo Felgar e pelo Larinho, ligado aqui a Torre de Moncorvo. E portanto,

não será visível, não terá direito a placa, mas terá um benefício imenso para os munícipes. E é isso que queremos. E foi por isso que também fizemos toda uma contratualização dos juros e dos empréstimos que tínhamos na banca. É assim que se reestruturam as dívidas. Tivemos que fazer um grande aperto, nomeadamente devem ter visto há coisa de dois ou três dias nos órgãos de comunicação que Moncorvo é um dos que mais poupou em termos de custos com pessoal. Foi assim que o fizemos, teve que ser. Não é que seja muito agradável, mas teve que ser feito, tivemos que cortar com muitas coisas. E nas associações, tivemos que cortar com subsídios de duzentos e muitos mil euros para cinquenta mil (50.000€), e tivemos que cortar com algumas que nem sabíamos, que não prestavam contas, nem se sabia quem eram, nem deixavam que anteriores Presidentes de Câmara quisessem assumir o gasto, porque também eram sócios. Tivemos que cortar, porque não apresentavam nada. Ainda hoje não apresentam, vamos cumprir o regulamento, como o Sr. Deputado diz, e vão todos para a rua. E o Clube de Motas de Moncorvo também não apresenta. Tirando o Sporting e o Clube de Caça e Pesca, nenhum apresenta mais, e vamos pôr tudo na rua. -----

Por isso, Sr. Deputado, aconselho a ler – eu não aconselho nada, nós somos amigos, e portanto, não o aconselho – a ler um livro de um antigo resistente do 25 de abril, exilado em França e depois exilado no Brasil, cujo livro agora, com cerca de oitocentas páginas, saiu com este título: “Na teoria, nem sempre a prática é a mesma coisa”. Por isso, pode mostrar-me muitas coisas como transparências municipais, mas estou de consciência tranquila que o que faço, faço em prol dos Moncorvenses e do Município, e não temos nada que nos envergonhe em relação a todos esses que estão à nossa volta. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, proceder à votação do Ponto n.º 6, Aprovação dos documentos de Prestação de Contas de 2017. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea l) no n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, com 19 votos a favor, 8 abstenções (dos deputados António Eduardo Teixeira de Carvalho, João Pinto Pavão, Maria de Lurdes Moutinho Reis, Fausto Edmundo Tiago, António Júlio Andrade, José Rodrigues Aires, António Júlio Sá Andrade e Luiz Marcelino Lopes), apreciar o “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais” e aprovar a “Prestação de Contas do ano de 2017 que integra o Relatório de Gestão, o Relatório Anual de Auditoria Externa, Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro”. -----

-----Foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista a declaração de voto que a seguir se transcreve: -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

“Considerando a sessão ordinária do dia 30 de Abril da Assembleia de Municipal de Torre de Moncorvo de extrema importância para o desenvolvimento do concelho de Torre de Moncorvo, e visto que consiste na votação dos documentos de prestação de contas (ponto 6 da ordem de trabalhos), os membros abaixo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS), subscrevem o seguinte documento.-----

Primeiramente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sublinha que existe uma gestão financeira correcta, nutrida pela redução da dívida, cumprindo assim os pagamentos regulares ao nível de empréstimos;-----

Contudo a nível financeiro sublinhamos que a execução da despesa e da receita se deve a um empréstimo contraído para substituição da dívida orçado em cerca de 6 milhões de euros que se reflecte consequentemente na receita e na despesa, caso contrário a execução do orçamento seria de 12 Milhões de Euros, sendo esta a média dos últimos 4 anos. (ilustração 1)

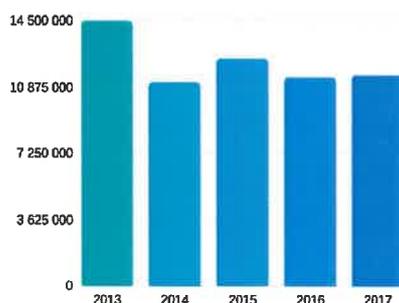
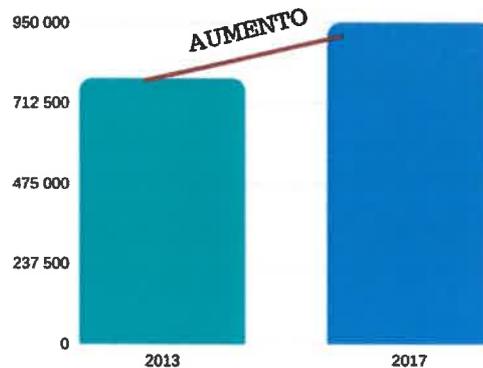


Ilustração 1 Execução da Receita dos últimos anos excluindo Empréstimos

Referimos também que na rubrica destinada à compensação das energias eólicas está reflectida uma alteração orçamental corrigindo/retirando cerca de aproximadamente três milhões de euros do orçamento;-----

Sublinhamos que houve também uma redução no Activo e Fundos Próprios, visto que ambos representam 40.193.132,00 euros e 20.645.333,00 euros no ano de 2017 e 65.306.244,00 euros 44.34.671,00 no ano de 2013, respectivamente. Este resultado acontece devido à falta de investimento por parte do Município em infraestruturas cruciais para o desenvolvimento do concelho. -----

Ilustração 2. Receitas Correntes – Impostos Directos e Indirectos



Sublinhamos ainda que no último mandato o executivo PSD/CDS viu as receitas de impostos directos e indirectos subirem de 783.707,08 euros para 947.943,35 euros, numa diferença significativa de 164.236,27 euros à custa dos contribuintes moncorvenses (pessoas singulares e

empresas), sendo um exemplo dessa receita a Derrama. Salienta-se que o Partido Socialista sempre defendeu a isenção deste imposto para as empresas moncorvenses e que iremos propor para o orçamento de 2019 a isenção deste imposto que prejudica o quotidiano das empresas, assim como a respectiva atracção de investimento, que é essencial para a evolução do concelho (ilustração 2);-----

Sublinha-se igualmente que as transferências correntes foram aumentadas de 5.971.009,20 euros em 2013 para 7.013.260,67 euros em 2017, numa variação positiva de 1 milhão de euros aproximadamente (ilustração 3); -----

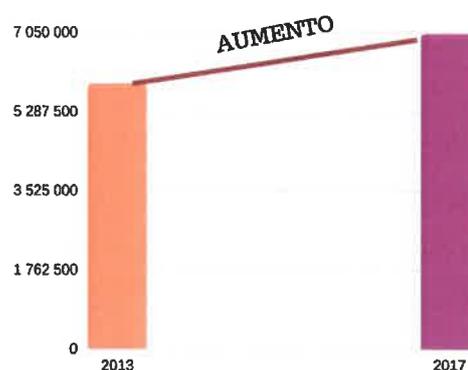


Ilustração 3 - Transferências Correntes;

Assim, e perante o exposto o actual executivo vê a sua receita ser aumentada fruto de uma maior receita em impostos, assim como no aumento nas transferências correntes e do Estado, comparando 2013 com 2017, permitindo uma maior flexibilização orçamental;-----

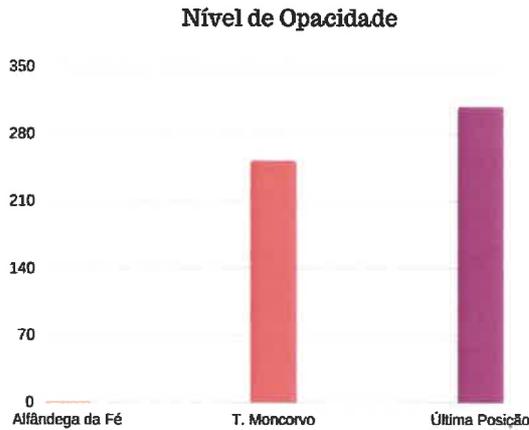
Contudo para além da análise financeira, o que importa é realizar uma análise ao mandato 2013-2017, uma vez que os documentos de Prestação de Contas representam o sumário de acção do actual executivo no último quadriénio. -----

Em 2013, quando a actual coligação PSD/CDS se candidatou prometeu investimento para o concelho, assim como a construção de infraestruturas. Assim e fazendo uma análise ao último mandato da actual governação do PSD/CDS podemos referir que a mesma foi um falhanço, dentro das medidas definidas pela própria coligação. -----

1. No programa de 2013 sublinharam que iriam realizar a requalificação das zonas urbanas e industriais de Torre Moncorvo, não cumpriram; -----
2. Prometeram Investimento de Escala para o concelho (Minas e Parque Eólico), não cumpriram; -----
3. Prometeram a Instalação em parceria com a EDP de um fluviário e centro de pesquisa ribeirinho (fauna e flora) na Foz do Sabor, não cumpriram;-----
4. Prometeram Instalação de energia solar nos edifícios da Câmara, não cumpriram; -----
5. Prometeram o complexo de Tiro, polidesportivos na Junqueira e Carvalhal, não cumpriram; -----
6. Prometeram a construção do Parque de Campismo, não cumpriram;-----

Estas promessas são somente algumas que não foram cumpridas pelo actual executivo camarário e o concelho de Torre de Moncorvo necessita urgentemente de estratégias que captem o investimento privado e público, pelo que é imperativo ter uma meta política que permita o desenvolvimento de novas infraestruturas públicas que colmatem o nosso maior défice, que é o défice populacional. -----

Sublinhamos ainda que no presente mês de Abril, foi publicado o Índice de Transparência Municipal, colocando o Município no lugar 252 num total de 308 Municípios, sendo assim o campeão não da transparência, mas sim da opacidade. Este resultado demonstra que não existe uma transparência no site do Município, não sendo possível aos eleitores consultar com rigor a informação dos órgãos deste Município que são a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. -----



Assim, e perante o exposto o sentido de voto dos membros do PS é a Abstenção.

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 7 — EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE 742.194,09€.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Srs. Deputados, este empréstimo, se bem se recordam – e por isso o título diz “empréstimo até ao montante”, pode ser inferior – tem a ver com um empréstimo que foi aqui votado e aprovado, penso até que por unanimidade – não quero dizer isso de forma perentória, mas penso que foi votado por unanimidade, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal. Mas, se não foi votado por unanimidade, sei que não houve votos contra. É um empréstimo que a Lei do Orçamento de Estado permite para investimento, e é para, uma vez que ainda estamos sob a Lei dos Compromissos, conseguirmos que aqueles quinze por cento (15%) que saem dos cofres do Município possam não contar para o limite legal de endividamento e possamos ir à banca buscá-los. E foi votado. Entretanto, quando votámos isso, foi feito por um auditor externo, e se bem se recordam, trouxemos todas as candidaturas que estavam já aprovadas – não sei se se recordam disso, eram umas dez ou doze, na altura. Agora são muito mais, mas não vamos incluí-las; estas vamos suportá-las nós, Município de Torre de Moncorvo, vamos suportá-las. Ou seja, o

montante que aqui está é o mesmo da primeira votação, e é para as mesmas obras que foram aqui apresentadas. Qual foi a diferença? O auditor entende que deveria ser por cada um dos investimentos, não ultrapassando dez por cento (10%) de cada um dos investimentos que a deliberação poderia ser feita. Entretanto, houve uma decisão do Tribunal de Contas – e atenção que não é maioritária, mas já há uma decisão com esse fundamento – que diz que, sim senhor, podem ir buscar os quinze por cento (15%), podem fazer esse investimento, podem fazer esse empréstimo para investimento, não conta para o limite legal de endividamento, mas não é por cada uma das operações, mas na totalidade das operações. Como a Assembleia Municipal não se tinha pronunciado sobre esta vertente, a totalidade – e estamos a falar aqui de qualquer coisa como trinta e oito mil euros (38.000€), só – achamos nós prudente, antes de enviar para o Tribunal de Contas, que vão já as duas votações, quer a individual por investimento, quer a coletiva, que é na totalidade. E portanto, este chama-se o princípio da cautela. E pelo princípio da cautela, vamos levar estas duas situações já ao Tribunal de Contas. Fique num, fique noutra, temos a certeza – porque o resto está correto – que estamos só aqui com estas duas orientações do Tribunal de Contas. Por isso, trazemos novamente antes de enviar para o Tribunal de Contas esta proposta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a este assunto que nos traz aqui o Executivo, realçar apenas que a natureza, neste caso, do empréstimo já foi aqui mencionada pelo Sr. Presidente, que diz respeito à retificação dessa proposta apresentada anteriormente a esta Assembleia Municipal. Mas, na própria proposta, no Ponto 7, consta que o investimento é apresentado no quadro anexo. Eu como não tinha conhecimento do investimento, ou de quais os investimentos, mas na documentação que me chegou, o quadro anexo está em falta. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Peço desculpa, Sr. Presidente, mas porque não estaria na reunião em que foi distribuído. Na primeira vez, veio distribuído. Por isso é que não se distribuiu, porque é exatamente o mesmo. -----

-----**O Deputado José Aires:** Mas, se me pudessem fornecer, no sentido de poder deliberar sobre esta matéria, agradecia. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu posso explicar. Basicamente, são todas as obras candidatas ao POSEUR, e nomeadamente àquelas que descrevi na atividade municipal, e ao SAMA também. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não sei se quer intervir mais alguém. Penso que não. Então, podemos passar à votação? Não há nenhum pedido de esclarecimento? Então, vamos votar o Ponto n.º 7, do pedido de empréstimo. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, deliberou **por maioria**, com 25 votos a favor e 1 abstenção *(do deputado José Rodrigues Aires)* **autorizar “a despesa resultante dos investimentos incluídos no contrato de empréstimo até ao montante de 742.194,09€”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 8 — SUSPENSÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)** e **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, a Lei do Orçamento de Estado permite aos Municípios que saíram do endividamento financeiro propor a suspensão, que não é uma saída do saneamento financeiro – quero que isto fique bem claro – mas é uma suspensão do saneamento financeiro. E portanto, a primeira falha que se tiver, integra-se logo no saneamento que está a decorrer, mas como nós entendemos que conseguimos tirar o Município do desequilíbrio financeiro em 2013, que neste momento estamos a cumprir com todas as regras da DGAL, seria melhor – penso eu, pelo menos para mim era e para todos os Moncorvenses – que o Município de Torre de Moncorvo não tivesse sob este escrutínio do saneamento financeiro, com todos os condicionalismos que daí advém, até em termos funcionais. E como cumprimos e não queremos voltar a estar, é uma forma de nos autorresponsabilizar-nos todos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a esta questão, de facto, é uma figura que está prevista legalmente, que é a suspensão do saneamento financeiro, sendo que não será ainda a saída do saneamento financeiro, mas realmente, não estando muito por dentro da matéria, gostaria que o Sr. Presidente pudesse clarificar melhor em que é que consiste a suspensão do saneamento financeiro e quais são os objetivos, ou seja, se existe alguma mais valia direta para o Município, impacto nas contas e no Orçamento do Município. Neste caso, se pudesse clarificar essa questão. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Eu até poderia propor um voto de louvor ao Executivo, mas seria um bocado de exagero, mas congratulo-me por, pela primeira vez nestes cinco anos que estou aqui, por sairmos da suspensão, suspendermos o Plano de Saneamento Financeiro. Este Município não pôde contratar como quis, não se pôde candidatar a verbas como quis, porque estávamos num Plano de Saneamento Financeiro. Para os colegas, membros desta Assembleia, perceberem, isto é a mesma coisa do que quando estive cá a troika. Aliás, a troika ainda chegou antes, chegou em 2011, a troika ainda chegou antes aqui. E termos esta liberdade – e para mim o valor principal da democracia e de todos os valores cívicos é a liberdade – esta Câmara ter a liberdade para contratar, para pedir empréstimos, ou seja, para trabalhar, se não fosse esta suspensão, continuaríamos a estar aqui, perdoem-me a expressão, a meio gás. -----

Gostava de saber o que é que o Município tem para curto prazo, já que suspendeu, qual é o plano, uma grande ideia de plano, qual é o grande objetivo do Município agora que suspendeu este plano. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Basicamente é o que me dizia o anterior Presidente quando eu estive com ele, disse-me assim: “A continuarmos assim, ficamos só com a chave para abrir a porta, e somos governados de fora.” Basicamente era isto: qualquer contrato, qualquer forma de nos candidatarmos, ia sempre para um visto prévio. E neste momento, podemos ter algumas decisões, até porque

vêm ao encontro do que este Governo quer fazer, que é a partir de hoje, do dia 30 de abril, as contas que forem aprovadas pela DGAL e pelo Tribunal de Contas deixam de estar sujeitas a uma Lei que eu entendo que foi aberrante, que foi a Lei dos Compromissos, não na forma de responsabilizar – que aí concordo com ela, mas nesta forma tão simples, que só vos vou dar um exemplo: podemos ter um milhão de euros (1.000.000€) num cofre, mas podemos não ter fundos disponíveis para comprar um parafuso. E não comprando esse parafuso, não podemos fazer uma requisição e entregá-la ao fornecedor. Basicamente, tem a ver com a gestão da própria Câmara. E por isso, na minha declaração de voto digo: eu não acredito que seja por uma entidade nos vir a fiscalizar – o ROC, aliás, fá-lo quando quer e bem entende, que ele tem as passwords da contabilidade – a grande importância é responsabilizar-nos a nós próprios, e acredito que os funcionários são capazes de ver os fundos que têm, os investimentos que queremos fazer, e pôr um travão onde é necessário, porque temos aqui Câmaras ao lado que não estão sob o saneamento financeiro, e que os próprios funcionários da contabilidade sabem muito bem até onde cada Município pode ir, e nós sabemos também até onde podemos ir. Basicamente, é uma responsabilidade que deixa de ser externa, e passa a ser interna, se bem que, como puderam ver, não houve qualquer tipo de reparo de todos os balanços, balancetes que os funcionários enviam para lá, porque não sou eu que os faço, obviamente, nem tecnicamente tenho capacidade para os fazer. Portanto, como acredito neles, e como a Lei do Orçamento de Estado nos permite este ano – para o ano, não sabemos – pedimos esta suspensão, penso que qualquer Moncorvense poderá estar satisfeito por Moncorvo deixar de ser intervencionado neste aspeto do saneamento financeiro. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 97.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, **deliberou por maioria**, com 20 votos a favor e 7 abstenções (dos deputados António Eduardo Teixeira de Carvalho, João Pinto Pavão, Maria de Lurdes Moutinho Reis, Fausto Edmundo Tiago, António Júlio Andrade, José Rodrigues Aires e Luiz Marcelino Lopes) **aprovar a “Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, porque cumpriu a 31 de dezembro de 2017, o limite da dívida prevista no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 9 — ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ - MOÇÃO - “PREOCUPAÇÃO PELA INSTALAÇÃO DE UMA MINA DE URÂNIO A CÉU ABERTO EM RETORTILLO EM ESPANHA, A 35 KM DA FRONTEIRA COM PORTUGAL”. -----

----- Não houve inscrições neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** É uma moção recebida da Assembleia Municipal de Alijó, relativa à “Preocupação pela instalação de uma mina de urânio a céu aberto em Retortillo, em Espanha, a trinta e cinco quilómetros da fronteira com Portugal”. Não sei se o Sr. Presidente quer intervir. -----

É uma moção, vamos pôr só à votação -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, apoiar a Moção relativa à “Preocupação pela instalação de uma mina de urânio a céu aberto em retortillo em Espanha, a 35 km da fronteira com Portugal”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 10 — AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL DUERO-DOURO – ACORDO DE ADESÃO AO PROJETO “OBSERVATÓRIO CULTURA DA FRONTEIRA: TERRA DUERO. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade (PS)** e **João Pavão (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, delegava no Sr. Vice-Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara (Victor Moreira):** Bom dia, Sr. Presidente, Exmos. Membros da Mesa, a todos os deputados. -----

Penso que já devem ter visto, isto realmente é uma adesão a uma plataforma de turismo que é desenvolvida pela Duero-Douro, através de uma plataforma que se chama Terra Duero. Não há custos absolutamente nenhuns, isto já está a ser implementado em Espanha através de vinte e um Municípios, quarenta e nove localidades, foi totalmente financiado pela Junta de Castilla y León, e o que nos propõem agora, uma vez que também somos membros de direito da Duero-Douro, é que os territórios que também queiram pertencer a esta promoção turística o possam fazer. Há uma assinatura de protocolo, daí a necessidade de vir a esta Assembleia. - Se houver alguma necessidade de esclarecimento, estarei disponível. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores: -----

Eu estive a analisar estes documentos, e sinceramente, fiquei com a impressão de que se trata de uma empresa de publicidade, constituída por um indivíduo de Espanha e uma senhora de Portugal, que querem contratar com a Câmara. Ao receber isto – supostamente mandaram-me estes documentos para ler, a mim e aos outros, só que me mandarem um documento para ler que eu não consigo ler, acho que é de certo modo um insulto. Uma firma que manda para uma Câmara documentos desta natureza, que nem sequer se conseguem ler, e que pretende fazer publicidade dos nossos produtos, eu pergunto: que credibilidade vai merecer? -----
É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Vice-Presidente. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara (Victor Moreira):** Sr. Deputado, como tinha referido, isto trata-se de um projeto, não é de uma ou outra pessoa, é um projeto da Terra Duero, assinado, com certeza, pelos seus coordenadores que fazem parte da Duero-Douro, são os coordenadores que assinam, como aqui irá ser assinado, com certeza, pelo Sr. Presidente da Câmara, em nome do Município de Torre de Moncorvo. É uma plataforma de adesão, em que só, desde a restauração aos agentes turísticos, à zona de hotelaria, podem integrar esta plataforma e a sua promoção se nós, como membros de direito, Município, estivermos integrados. A promoção é para o território, é para todos os agentes que queiram entrar nesta plataforma de divulgação turística. Não é uma empresa, peço desculpa. Pronto, isso é outra coisa. Não está em questão aqui a credibilidade. -----

h.
Pedro
Ay

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Agora, se é para aderirmos à associação Douro-Douro, se é para fazermos o contrato com uma empresa de publicidade, assim constituída, nós já temos tantas divulgações... (intervenção inaudível) -----

-----**O Presidente de Mesa:** Alguém mais quer intervir antes de o Sr. Vereador responder? Penso que não. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara (Victor Moreira):** Permita-me, então. Não me leve isto a mal, Sr. Deputado, mas reconheço aqui algum desconhecimento da sua parte do que é que faz este agrupamento transfronteiriço de cooperação, que é feito da província de Zamora com a província de Salamanca, com o Distrito de Bragança e com o Distrito da Guarda. Acredito perfeitamente que o senhor desconheça por completo este agrupamento. Este projeto que aqui está, Terra Douro, é um projeto dentro da Douro-Douro, como há muitos outros – há o Vinho Douro e outros assim. E repito: é mais um projeto da Douro-Douro, este vocacionado para o turismo, e que tem o nome de Terra Douro, para promover todo um território transfronteiriço, em que estamos ali de mãos dadas, porque foi um financiamento feito pela Junta de Castilla y León, que pagou isto tudo, e nós, como membros de direito da Douro-Douro, estão a proporcionar-nos podermos entrar. É mais uma plataforma turística, para podermos pôr o nosso concelho, de alguma forma – como digo, a nível de restauração, a nível de hotelaria, a nível dos agentes turísticos e a nível do nosso património. É mais uma plataforma. Vemos algum inconveniente de em quantas mais plataformas pudermos estar? Não vejo, da minha parte. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É a propósito deste assunto? -----

-----**O Deputado João Pavão:** Obviamente, tudo o que é assunto para promover a Terra Douro, e nomeadamente a zona transfronteiriça, como nós estamos, e esta plataforma, quero também fazer aqui uma declaração de interesses – não é bem esse termo – vai nascer aqui uma nova ideia, uma plataforma turística – aliás, que já tivemos oportunidade de transmitir ao Sr. Vice-presidente na altura da Feira Medieval, que é o Enjoy Rural, e vai ser uma plataforma turística de reservas de hotéis, de experiências, e também de aquisição de produtos locais. Não estou aqui a fazer publicidade, mas faço um bocado, vai nascer uma nova plataforma. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Passe a publicidade, vamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo 59.º da Lei n.º 52/2012, de 31 de dezembro, deliberou **por maioria**, com 26 votos a favor e 1 abstenção (do deputado António Júlio Andrade) **aderir ao “projeto “Observatório Cultura da Fronteira: Terra Duero”**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 11 — BALANÇO SOCIAL.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Meneses** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Vereadora, então, faça favor. -----

-----**A Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses:** Este relatório é elaborado pelos nossos recursos humanos, no sentido de prestar informação à Direção Geral de Autarquias Locais, e que, no fundo, caracteriza o ponto de situação social relativamente aos funcionários. Não sei se há alguma dúvida por parte dos Srs. Deputados. No fundo, a caracterização é feita com base numa série de critérios estabelecidos pela DGAL, e que estabelece várias questões relacionadas com os trabalhadores, segundo o nível de escolaridade, segundo o nível de antiguidade, de benefícios de apoio social, de questões relacionadas com as incapacidades, os acidentes de trabalho, o número de dias que faltam por ano, e os motivos pelos quais faltam. E por isso, no fundo, estabelece apenas dados, de certa forma estatísticos, e também sociais – no fundo sociológicos – sobre os funcionários. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Período de intervenção. Quem pretende esclarecimentos? José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Não tem a ver com o Ponto n.º 11, tem a ver com uma atividade que a Junta de Freguesia vai celebrar amanhã, que é uma Caminhada Solidária, juntamente com os bombeiros – não há outros assuntos, acho eu, e por isso é que eu queria deixar aqui um convite a todos os presentes, se quiserem participar amanhã nessa caminhada solidária. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos encerrar este ponto, e da próxima vez lembrem-se no princípio, está bem? Primeiro a votação. Isto é para tomar conhecimento do relatório e aprovar, penso eu. Não sei se não terá que ser aprovado. Se é um balanço, tem que ser aprovado. Se não for preciso, já está aprovado. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento do "**Balanço Social referente ao ano 2017**". -----

-----**O Presidente de Mesa:** Agora, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** O problema da perceção do ficheiro de áudio para a empresa de atas: há algo básico – e normalmente os problemas resolvem-se nas coisas mais simples – que ajuda: aquela porta por onde nós entramos tem falta de óleo. Não custa nada aos técnicos colocar óleo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Passamos, então, ao Período de intervenção do público. Temos duas inscrições. Portanto, Luís Lopes, e depois Alves Costa. Faça favor, então. -----

-----**O Múncipe Luís Lopes:** Muito boa tarde a todos, Srs. Deputados, Mesa, Executivo, funcionários do Município. -----

Só duas questões direccionadas ao Sr. Presidente da Câmara. Ele pediu que fizesse umas perguntas ao Presidente da Federação do Partido Socialista, relativamente ao que ele diz sobre o Secretário de Estado das Florestas. Sr. Presidente, é só para lhe dizer que eu não estou aqui como Presidente da Comissão Política; eu estou aqui como múncipe. Mas, atendendo ao seu pedido, diga-me só qual: o anterior ou o atual? É que o anterior, eu sei qual é a vossa ligação; com este, não sei. Não percebi a qual é que hei de perguntar. -----

Mas, já que falou no meu nome, e estando eu calado – falou, como Presidente da Comissão Política – mesmo calado, causo alguma urticária, mas quando começar a falar, não sei como é que vai ser. A questão que eu lhe quero perguntar é em relação às lombas. O Sr. Deputado Eduardo falou em relação às lombas, e o Sr. Presidente disse que já estava tudo resolvido. Sr. Presidente, não está, e você sabe que não está. Não está resolvido o problema das lombas. As lombas lá em cima foram aprovadas em Reunião de Câmara, e as que estão lá não têm a ver com o projeto que foi aprovado em Reunião de Câmara. Não tenho culpa que o senhor queira ser desrespeitado. -----

A outra questão, dar os parabéns ao Prof. Fausto pela excelente intervenção, e sublinhar que durante o seu mandato, em ajustes diretos já vai em mais de seis milhões de euros (6.000.000€), sem IVA. E disse V. Exa. que tem dezoito anos de lide autárquica. Será que em dezoito anos não consegue saber o que é um ajuste direto e para o que serve? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor. -----

-----**O Município Alves Costa:** Bom dia. -----

Eu, quando vim a esta Assembleia, estava longe de mim pensar em intervir. E vou fazer uma pequena intervenção, mas de certa forma contrariado. Eu quero recordar, eu tenho todo o respeito por todos os membros que fazem parte desta Assembleia, e se as pessoas querem ser respeitadas, têm que se dar ao respeito. E temos aqui uma situação muito grave, que é o seguinte: o Município de Alfândega da Fé – que eu não conheço a Sra. Presidente, nem de perto, nem de longe – faz parte da Associação dos Municípios do Baixo Sabor. E foi feita aqui uma acusação extremamente grave pelo deputado José Meneses, que foi que uma empresa qualquer, que é a da transparência municipal, que não é reconhecida pela Associação Nacional de Municípios – até aqui tudo bem, não tenho nada a opor porque não sou político; agora, quando termina o Sr. Deputado José Meneses, dirigindo-se a um deputado: “Pergunte à Presidente de Câmara quanto é que paga a essa empresa para ter aquela classificação?”, isto não pode ficar assim. Eu estou diante de um Presidente da Assembleia Municipal, que é ainda para mais formado em direito, eu estou diante de um Presidente da Câmara que também é formado em direito, são pessoas que se deram sempre ao respeito, não vamos estar agora aqui a caluniar uma pessoa que não está presente para se defender, e que eu não conheço, mas isto não pode ficar assim, meus senhores. Eu não posso vir a uma Assembleia, e quando alguém não está presente, insinuar que essa pessoa comprou o lugar, ou uma posição numa plataforma. Eu não aceito, e pensei que houvesse cabeças frias aqui para fazerem esta

intervenção que eu fiz – as pessoas que estão aqui, que eu não fui eleito para nada. E quero que a minha intervenção seja transcrita para a ata. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Lógico, é uma intervenção do público, vai ficar evidentemente na ata. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, é um prazer ter público nesta Assembleia, e eu dou a importância que devo dar ao público, não lhe dou é mais importância do que aquela que tem, peço desculpa. Falar do nome de alguém, não falei; do Presidente da Federação, se foi do anterior ou do atual, não falei. Mais, se está resolvido ou não está resolvido, eu acredito que está. Peço desculpa, eu não ponho em causa a opinião do Sr. Luís Lopes, mas acredito mais nos meus serviços e nos Vereadores. Mas, não ponho em causa. -----

E quanto aos ajustes diretos, saber o que é um ajuste direto, ou não é, eu acho que ainda sei. Acho que ainda sei. Não faço é contratos paralelos com instituições para dizer que trabalho num sítio e trabalho noutra para receber, isso é que eu não faço. E acho que alguém fez, se calhar não sabendo para onde é que trabalhava e onde é que estava. Eu isso não faço. Não sei se isso se engloba num ajuste direto. Esta é uma pergunta, porque eu não sei mesmo. -----

E também tenho a dizer que o público se restringe a uma intervenção, e sobre o assunto a tratar, que deve vir previamente por inscrição. Portanto, o que se está a fazer aqui já é deixar funcionar dessa forma uma coisa que o Regimento não permite. -----

Portanto, se querem mais transparência do que isto, meus senhores, muito boa tarde, e tenham um bom feriado do 1.º de maio. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Desculpe lá, temos que aprovar a minuta da ata. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Eu só queria dizer ao Eng.º Alves Costa – que também tenho o prazer de ser seu amigo – que eu não acusei nenhum Presidente de Câmara nem nenhuma Presidente de Câmara, até porque eu também não a conheço; eu só disse para lhe irem colocar a questão de quanto é que paga, e se paga, a essa determinada empresa para ficar em primeiro lugar, ou não, porque se pagar para fazer esse serviço, pois claro, tem que ficar em primeiro, ou em segundo, ou nos trinta primeiros. -----

E de facto, a única cabeça fresca aqui será a sua, o engenheiro também está reformado, tem tempo suficiente para se debruçar sobre vários assuntos, e para estar a pensar sobre isso. Eu não acusei ninguém. Eu não ofendi nenhum Presidente de Câmara, é só isso. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Desculpem lá, vamos passar à votação da minuta da ata. Desculpem lá, estamos a entrar num tipo de discussão que não é própria de uma Assembleia. Essa é uma discussão que está a extravasar uma Assembleia; isto não é uma discussão própria de uma Assembleia. Em seguida, daqui a cinco minutos, quando terminar a Assembleia, discutam esse assunto ali fora. Aliás, como disse o Sr. Presidente da Câmara, aqui temos de ser, às vezes, flexíveis na interpretação do Regimento. E por exemplo, no caso da intervenção do público, é claro que tem que dizer o nome, a morada e o assunto a tratar. Não vamos também ser “mais papistas que o papa”, mas legalistas do que a própria Lei; deixamos também uma certa abertura, mas também não vamos deixar isto criar aqui uma feira popular permanente. -----

Por isso, desculpem lá, vamos passar à leitura da minuta da ata e aprovação. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 13h00m deu por encerrada a sessão. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Lucinda Carpinteiro)